



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 87ª
(OCTOGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Julio Cesar a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 85ª Sessão Ordinária;
- Ata da 27ª Sessão Extraordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Quero citar aqui a presença dos professores aprovados no concurso para a Secretaria de Educação do Distrito Federal. O pleito deles, inclusive, é justíssimo. Eles querem assumir as vagas dos professores temporários.

Quero avisar que esta Casa, não sei se vocês sabem, no semestre passado, impetrou uma ação no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Aquele tribunal, inclusive, já pediu para que a Secretaria de Estado de Educação se pronunciasse quanto à contratação de todos vocês. O processo foi assinado por todos os Deputados desta Casa, dando, na realidade, um grande passo, porque é a primeira vez que a Câmara Legislativa entra com todos os 24 Deputados nesse processo no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Tenho certeza de que todos os 24 Deputados Distritais estão juntos na causa dos professores.

Quero também citar aqui a presença dos jogadores de futebol americano aqui de Brasília, com um pleito justíssimo, sobre o qual o Deputado Julio Cesar depois vai falar.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde. Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero saudar os candidatos a professores e professoras e dizer que vamos nos somar a vocês, pois um país que quer avançar, que quer prosperar tem que investir na educação e tem que contratar professores. Então, contem conosco, com o nosso bloco. Podem ter certeza absoluta de que nós vamos lutar juntos com os Deputados que já estão e podem contar conosco também. Parabéns pela luta de vocês. Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu também? O Presidente está nos informando aqui que eu também sou signatário.

Sr. Presidente, é inegável – que bom que a Presidente também está chegando – que esta Casa tem se esforçado ao máximo e com muita responsabilidade para ajudar o governo e a população de Brasília a sair dessa crise.

Na semana passada, mesmo sendo hostilizados nesta Casa, aprovamos medidas importantes. Aprovamos que o governo usasse recursos do Iprev para pagar aos servidores, para que não houvesse atraso nos seus pagamentos. Hoje,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

chegamos a um acordo, a pedido do Secretário de Fazenda, pessoa a quem reputo de muita seriedade, de muita responsabilidade, tanto ele quanto o Secretário Adjunto de Planejamento que está aqui conosco hoje, Dr. Renato.

Nós sabemos do esforço de setores do governo que têm tentado, sim, trabalhar para que o GDF saia da crise. Agora, por outro lado, na contramão – e aí, Sr. Presidente, é necessário que o GDF possa nos explicar –, eu fui surpreendido, no dia 1º, com a publicação no Diário Oficial da contratação de uma empresa chamada Advocacia Maciel pela CEB – Companhia de Eletricidade de Brasília por 249 mil durante doze meses. Até seria normal se, primeiro, nós não estivéssemos passando por dificuldades financeiras enormes. Segundo, se aquela companhia não tivesse advogados no seu quadro. E terceiro, e mais grave, Deputado Agaciel Maia, se não tivesse um processo seletivo pronto para contratar diversos advogados. E aí me desculpem, Secretários que hoje estão aqui, Secretário Marcos Dantas, é difícil explicar para esta Casa, é difícil explicar para a população de Brasília, Deputado Chico Vigilante, qual é a motivação para contratar uma empresa de advocacia por 249 mil quando a própria CEB possui advogados nos seus quadros, que entraram por meio de um processo seletivo em 2014. E há, Deputado Bispo Renato Andrade, vários candidatos habilitados e prontos para assumirem. Estranhamente, Deputado Wasny de Roure, a CEB contrata, sem qualquer tipo de processo licitatório ou qualquer coisa que o valha, essa empresa por 249 mil reais.

E aí eu fico me perguntando: vale mesmo a pena todo o sacrifício que esta Casa tem feito? Apanhamos a semana inteira. Nós temos feito um esforço danado. Volto a dizer, na semana passada, para aprovarmos os salários dos professores, os salários dos servidores públicos, o salário de todos aqueles que dependem do salário, nós tivemos de vir para cá, ser vaiados e hostilizados para que o governo honrasse os seus compromissos. E, aí, o governo contrata por 249 mil sem explicação alguma. É difícil de entender. Aí é brincadeira, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje eu fiz um requerimento e apresentei à companhia. Eu gostaria, diferentemente do que tem acontecido, que ela respondesse qual é a motivação para a contratação dessa empresa se ela hoje tem advogados. Será que os advogados que estão lá não estão habilitados para defendê-la? Se não são habilitados, que os demitam. Se são insuficientes, que contrate os que estão aguardando.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizar V.Exa., Deputado Wellington Luiz, pelo trabalho de fiscalização que V.Exa. tem feito. Mas não é somente fiscalizar, é também dar ideias. E V.Exa., a exemplo do Deputado Chico Vigilante também, nas questões que são de interesse de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Brasília, dos servidores públicos, em especial da categoria que V.Exa. representa, tem sido um Deputado correto e competente.

Com alguns assuntos, é necessário que o governo tenha cuidado. Eu sei que a máquina do governo é muito grande. Às vezes, saem determinadas coisas que o próprio Governador não tem conhecimento. Mas esse tema de V.Exa. é um tema importante.

Nós estamos fazendo um esforço muito grande para poder equilibrar as finanças de Brasília, para que possamos sair do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que possamos contratar esses servidores concursados que estão hoje na galeria. Nós precisamos equilibrar a receita com a despesa. E hoje nós precisamos reduzir o coeficiente da Lei de Responsabilidade Fiscal em 3%, precisamos reduzir para 48%, para que o Governo do Distrito Federal possa voltar à sua regularidade.

Assuntos como esse e como o de excesso de aluguéis, gastos com aluguéis demasiadamente e outros aspectos, como redução de itens de estoques desnecessários, que, na maioria das vezes, vencem e são jogados fora, ou compras desnecessárias, o governo tem que ter muito cuidado com isso, o governo tem que evitar.

Portanto, V.Exa. está de parabéns por seu pronunciamento. É papel fundamental do Parlamentar não só propor leis, mas também fiscalizar, e V.Exa. tem feito esse papel muito bem. Parabéns, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Esse dinheiro, por exemplo, já serviria para poder contratar esses servidores, de que hoje a Secretaria de Educação está tão carente. Com certeza, a justificativa para não contratar ou para prorrogar a contratação é que não tem dinheiro. Agora, tem dinheiro para contratar uma empresa sabe-se lá de onde.

Então, está faltando clareza, está faltando transparência por parte do Governo do Distrito Federal. Volto a dizer: é necessário que se dê uma resposta. Se a Câmara Legislativa, se os Parlamentares estão fazendo a sua parte, está na hora de o Executivo, como um todo, fazer a sua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do PT, o Deputado Chico Vigilante.

Aproveito a oportunidade para saudar a todos os futuros professores da rede pública. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa. Já agradecemos o empenho dos Deputados nessa nomeação. Contem conosco também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero, em primeiro lugar, parabenizar o pessoal que passou no concurso para professor pela luta incansável que vocês têm mantido no sentido da contratação. Eu não conheço outra maneira de contratar gente com seriedade a não ser através de concurso público. Vocês fizeram um concurso dos mais difíceis e passaram efetivamente para trabalhar.

Nós estamos fazendo todos os esforços... Eu posso prever que, agora em dezembro, o Governo do Distrito Federal sairá da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, não haverá mais nenhuma justificativa para não contratar vocês. A verdade é que estão faltando profissionais.

Fizemos esforços – e está aqui o Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que é testemunha, Deputado Wellington Luiz – e já aprovamos, até agora, 70% dos projetos que o governo encaminhou para implementar a arrecadação.

A expectativa do governo era arrecadar R\$1.718.999.428,55 (um bilhão, setecentos e dezoito milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Até agora, nós já autorizamos, e o governo já pode contar com esse recurso, R\$1.202.379.545,96 (um bilhão, duzentos e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos). E vai-se ampliar ainda mais a arrecadação com os projetos que vão ser aprovados hoje.

Eu sustentei, Deputado Agaciel Maia, desde o primeiro dia que o pacote chegou aqui, que eu não votaria aumento de IPTU, que eu não votaria aumento de TLP, que eu não votaria aumento da CIP.

A verdade é que nós tivemos uma grande vitória hoje. Eu propus na reunião de Líderes – foi aceito pelo governo, e todos os Deputados estão de acordo – que nós derrotássemos o projeto que aumentava a TLP em 40%. Nós vamos derrotar esse projeto. Nós vamos derrotar o projeto, Deputado Wellington Luiz, que aumenta a CIP – Contribuição de Iluminação Pública em 32,5% e a proposta que aumenta o IPTU em 20%.

Eu disse, desde o primeiro momento, que era inaceitável a aplicação desses impostos que atingem a população como um todo, mas, principalmente, os mais pobres. Portanto, tivemos uma vitória hoje e, aí, é um esforço coletivo da Casa. A proposta foi minha, mas o Deputado Wellington Luiz colaborou muito com isso. A Deputada Celina Leão também teve uma colaboração importante, bem como o Deputado Agaciel Maia e todos os líderes que estavam ali. O governo vai reajustar, porque nós vamos derrotar aqui, hoje, e vai ficar o que está na lei... Ele não vai poder aumentar de maneira escorchante, como queria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Portanto, isso é uma vitória da população do Distrito Federal. É uma vitória desta Casa, que está em sintonia com os interesses maiores da comunidade do Distrito Federal.

Eu digo que hoje estou feliz por termos conseguido essa vitória.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de um aparte exatamente para enaltecer não só o papel de V.Exa., como o do Partido dos Trabalhadores. Não só os Parlamentares, como também o corpo técnico que acompanha V.Exa., o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Wasny de Roure, no sentido da construção principalmente pela rejeição dos impostos que atingem diretamente a população mais carente de Brasília. Ou seja, principalmente a classe média e a classe média baixa.

Nos termos do entendimento de proposta de V.Exa., ficamos de rejeitar hoje o aumento do IPTU. O acordo de liderança é para rejeitarmos o aumento do IPTU, como o item nº 1 da Ordem do Dia de hoje e aprovarmos o convênio que foi assinado por 24 dos 27 estados, que é uma taxa de TV por assinatura de dez para quinze por cento, tendo em vista que é o um convênio assinado pelo Secretário de Fazenda. Em seguida, aprovarmos, como item nº 3, o ICMS modal, que é um ICMS que não é estabelecido previamente, como a maioria – 95% são estabelecidos. Como item nº 4, o acordo foi o de rejeitar o aumento da Taxa de Limpeza Urbana. Como item nº 5, aprovarmos o ITCD – Imposto sobre a Transição de Causa Mortis, principalmente reduzindo o percentual principalmente para as pessoas mais pobres. E, por último, rejeitar a Taxa de Iluminação Pública, cuja proposta era de 32%. Nós não vamos aceitar. Zero de aumento na Taxa de Iluminação Pública, protegendo, assim, a já reajustada conta de luz.

Portanto, na sessão de hoje, pretendemos rejeitar o aumento do IPTU, da Taxa de Limpeza e da Taxa de Iluminação Pública. Esse foi o acordo feito pelas lideranças. Na condição de Líder da maioria, eu gostaria, aproveitando esse aparte na fala de V.Exa., de fazer uma questão de ordem à Presidência da Casa, Deputada Celina Leão, já que o assunto é pertinente ao pronunciamento do Deputado Chico Vigilante, solicitando a V.Exa. e à assessoria da Mesa que estabeleça mais ou menos esse rito que foi determinado nos acordos de líderes. Falo na condição de Líder da maioria e, às vezes, da minoria, porque, ocasionalmente, o Deputado Bispo Renato Andrade assume o papel de Líder da maioria e eu fico como Líder da minoria.

Então, hoje, partindo da premissa de que sou Líder da Maioria, eu gostaria que V.Exa. mais ou menos seguisse esses itens como a pauta da Ordem do Dia.

Parabenizo o Deputado Chico Vigilante não só pela iniciativa de propor ao Colégio de Líderes a rejeição desses projetos, como pelo esforço de V.Exa. para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

equilibrar as contas e, assim, voltarmos a ter um Distrito Federal funcionando com regularidade, principalmente no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer mais uma vez que sou Oposição ao Governo Rollemberg, não sou oposição a Brasília. Sei separar as coisas! Quero que o Distrito Federal dê certo e quero que o Governador tenha as condições necessárias para contratar esses jovens que estão brigando para trabalhar. (Palmas.)

No que depender de mim, ajudarei.

Por último, Sra. Presidenta, trago uma questão a esta Casa. Deputado Agaciel Maia, vejo que estão aqui dezenas de candidatos ao cargo de conselheiro tutelar. Eu diria a V.Exa., Presidenta Celina, que nem clube de várzea, para não dizer outra coisa, faz uma eleição tão bagunçada, tão sem sentido, tão enrolada e – por que não dizer? –, uma eleição em que se garfaram as pessoas!

Recebi notícia de uma urna na Samambaia, Presidenta, Deputado Agaciel Maia e Deputado Julio Cesar, em que havia 108 eleitores. Votaram os 108 eleitores e apareceram 175 votos, naquela urna, para uma candidata. Quero saber como foi feita essa multiplicação! Apesar de todo o amor e o respeito que tenho por Ele, Deputado Joe Valle – sou cristão –, nem Cristo fez uma multiplicação tão grande! Como é que, em uma urna, aparecem 175 votos para essa candidata? Só ela recebeu votos lá! Isso é fraude, isso é uma vergonha, isso não pode acontecer na Capital da República! Lá em Cabrobó, interior do Nordeste, não tem isso. Lá na minha pequenininha Santa Luzia do Paruá, não tem isso.

Portanto, Sra. Presidenta, esta Casa deve exigir que essa eleição seja anulada e que haja uma verdadeira eleição. (Palmas.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, quero primeiro parabenizar V.Exa. por trazer a esta Casa tema que mexe com toda a cidade. Primeiro, as pessoas têm que entender a importância de um conselho tutelar. Essa é a primeira questão. Segundo, a seleção foi feita por eleição. Resolveram fazê-la por eleição, que termina envolvendo as pessoas. Cabe ao Poder Executivo assegurar que essa eleição atenda aos princípios da transparência, seriedade, continuidade.

Lamentavelmente, aconteceu em Brasília – parece-me que, em mais seis ou sete unidades da federação, isso não aconteceu. Observei que, aqui em Brasília, houve um momento em que ocorreria a eleição. Daí a pouco, o Poder Judiciário, por provocação de alguém, suspendeu-a. Quando foi deferido o pedido de realização da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

eleição, por volta das 16h, na véspera, a eleição já estava totalmente contaminada. Não havia mais como estimular a população, ainda mais que nós sabemos que o eleitor iria votar voluntariamente. Não há obrigatoriedade do voto.

Então, como é que se está trabalhando para que as pessoas exerçam a cidadania e, ao mesmo tempo, por uma série de trapalhadas, o Governo desestimula a participação?

Então, assim como V.Exa., eu verifiquei essa questão de que, numa urna, nós tínhamos 108 eleitores, e apareceram 175 votantes numa única candidata. Quer dizer, só esse fato já serviria para nulificar o processo. Além disso, parece-me que o *Correio Braziliense* de hoje até noticiou que uma senhora foi votar nela mesma, e ela aparece lá com zero voto. Quantas pessoas apareceram com zero voto!

Fica aqui a nossa proposta ao Governo do Distrito Federal, que realmente com muita rapidez – até porque o prazo do mandato dos conselheiros que estão concluindo já está chegando – procure os atores envolvidos, declare a nulidade dessa eleição e convoque uma eleição muito rápida corrigindo todos os problemas que aconteceram para que a gente realmente tenha um conselho tutelar que possa atender o seu verdadeiro artista principal, que é a criança e o adolescente do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador) - É interessante. Como respeitar as crianças e adolescentes se não houve respeito por aqueles que vão cuidar das nossas crianças e adolescentes? O mínimo que o governo pode fazer é realmente uma nova eleição para os conselheiros tutelares. Que todos tenham acesso e direto a isso e acesso livre garantido. É a forma melhor como o Governador Rodrigo Rollemberg pode demonstrar que realmente está pensando nas nossas crianças e adolescentes. É um absurdo, Deputado Chico Vigilante: gente que votou em si mesmo, e nem o voto dele apareceu! Como isso pode acontecer?

Então, só reafirmando aquilo que V.Exa. está dizendo, eu espero que seja o coro dos 24 Deputados Distritais, que seja anulada essa eleição e seja feita nova eleição.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora) – Eu gostaria aqui primeiro de saudar a todos os conselheiros tutelares que estão aqui. Falar que nós estamos acompanhando essa bagunça desde o começo, no momento da entrega das documentações, em que aconteceu aquela tragédia de os próprios servidores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

perderem documentos, tanto que conseguiram criar um imbróglio jurídico pior do que a situação que a gente já vivia. Eu acho que pior do que a fraude é a informação que chegou também à população do Distrito Federal, no dia anterior, de que não haveria eleição. O senhor imagina, Deputado Chico Vigilante, o prejuízo das pessoas que sequer participaram desse processo, que deveria ser democrático.

Então, é um remendo porque começou muito errado esse processo. Tem o nosso apoio a revisão, porque não há que se falar de um processo em que houve fraude que é um processo legal. Fraude é fraude. Precisamos apurar. Será que todos os conselheiros foram eleitos legitimamente? Será que os votos que estão nas urnas correspondem à verdade? Porque nós não podemos, no tempo que nós vivemos, na democracia consolidada, ter uma presunção dessa e talvez aí a efetivação de uma fraude.

Esta Casa fará o que puder fazer para aprofundar essas investigações, e eu gostaria de parabenizar a mobilização dos conselheiros aqui nesta tarde e cumprimentar o Deputado Chico Vigilante pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado a V.Exa.

Para concluir o assunto, eu faço um apelo aos 24 Deputados de uma posição única: exigir do Governador Rodrigo Rollemberg que anule essa eleição e que seja convocada uma nova eleição. Além das fraudes, nós ainda tivemos problemas sérios, como, por exemplo, eleitores de Samambaia Sul tendo de votar no Recanto das Emas. Isso é um absurdo! Não tinha urna em Samambaia Sul, e tiveram de ir para o Recanto das Emas. Se, no voto obrigatório as pessoas já estão com dificuldade de ir, imaginem no voto facultativo quem é que vai!

Portanto, parece que fizeram uma eleição de cartas marcadas, para eleger quem eles queriam, e isso é inaceitável.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que seja lido o requerimento que protocolei agora.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou dar uma olhada no requerimento, Deputado, e já respondo V.Exa. Qual é o requerimento, Deputado?

DEPUTADO RICARDO VALE – É um requerimento que requer urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2015, que “susta o efeito do Decreto nº 36.762, de 18 de setembro de 2015.”

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou analisar e darei uma resposta a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Muito obrigado, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, atendendo à solicitação da Deputada Liliane Roriz, sei que nós fizemos o acordo de votarmos sete itens, três pela rejeição e quatro pela aprovação hoje, mas, se for possível, eu gostaria que V.Exa. incluísse na Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 15, de 2015, que aprova o Refis para o Fascal. Se houver possibilidade, eu gostaria que V.Exa. examinasse a possibilidade de incluí-lo na pauta da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar pela Liderança de Governo.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Como Líder de Governo. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente. Quero, inicialmente, cumprimentar os professores, os futuros professores. Ontem mesmo, eu estive lá na Secretaria de Educação conversando com o secretário, tentando entender, realmente, o que está acontecendo, para justamente cobrar do Governador que sejam feitas as nomeações dos professores. Quero dizer que eu me somo a todos os Deputados e reconheço que precisamos, urgentemente, nomear vocês. Estaremos lutando para que isso de fato aconteça. Não é porque eu sou Líder de Governo que tenho de defender o governo: entendo que é uma causa justa, e vocês têm o meu apoio.

Saúdo também os atletas do futebol americano que estão aqui hoje na galeria, é bom podermos recebê-los aqui nesta Casa.

Cumprimento, aqui desta tribuna, também o pessoal que está aqui falando a respeito dos conselheiros tutelares. Eu não estava aqui no momento em que os Deputados falaram, mas concordo que houve coisas absurdas nessa eleição e que nós, realmente, precisamos estudar e ver o que é possível fazer. Nós tivemos conhecimento de que houve um caso em que a pessoa, uma mulher, não pôde participar da eleição, porque ela não tinha certificado de reservista. Isso é um absurdo, como outras coisas que a gente viu. Realmente, o governo tem de vir a público, tem de mudar e, se possível, cancelar esse concurso, porque realmente isso não pode acontecer. Então, eu quero dizer que estou solidário a vocês também para que a gente possa encontrar uma saída.

Sra. Presidente, eu quero agora falar de um assunto que realmente tem nos deixado muito chateados. Como eu já disse, ali na galeria nós temos amigos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

representam o futebol americano aqui em Brasília. Esta se tornou aqui uma modalidade a que o público, as pessoas têm aderido. Ela tem conquistado torcida em todo o Distrito Federal, mas não tem conseguido a simpatia de toda a sociedade, principalmente de alguns dirigentes de futebol em Brasília.

Para vocês verem o absurdo, muitos deles não estão conseguindo fazer com que esta modalidade aconteça porque há times de futebol de campo indo aos administradores para impedir que eles possam exercer sua atividade de futebol americano. Isso é algo que nos traz muita revolta. Pior é que estão dizendo que isso vem da ordem do vice-governador. Por isso, amanhã, às 16h, eu estarei lá no Buriti, juntamente com a equipe, com os jogadores, com a direção para tentar ver o que realmente está acontecendo.

Quase que não aconteceria o jogo do próximo dia 10 de outubro. Deputado Rodrigo Delmasso, a gente vê esse absurdo que está acontecendo. Há time de futebol em Brasília que não tem 10% da torcida que muitos desses times têm, e querem impedi-los. Há jogos, Deputado Prof. Israel, em que o público chega a quase mil pessoas. Eu pergunto: qual time de futebol aqui em Brasília hoje está conseguindo colocar cem pessoas no estádio? Isso é um absurdo!

E a gente tem que tomar ciência de que há pessoas ligadas à federação, Deputado Ricardo Vale... Aqui eu quero deixar claro, Deputado Ricardo Vale, que quando V.Exa. era secretário de governo, muitas vezes V.Exa. liberou o estádio de Sobradinho para que eles pudessem jogar.

Deputado Rodrigo Delmasso, nós estamos vivendo um absurdo.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, primeiramente quero parabenizar V.Exa. por trazer essa pauta para esta Casa.

O absurdo está em um agente público vetar a entrada de uma prática esportiva dentro de um espaço público. Que eu saiba, os estádios do Distrito Federal são espaços públicos. O que está parecendo é que essas equipes querem entrar nos estádios para fazer prática esportiva. Para que serve um estádio de futebol, se não for para prática esportiva? Para ficar fechado, jogado na poeira? Aí não dá.

Eu acredito que algumas pessoas vão dizer o seguinte: "Ah, mas é porque vai haver uma degradação do gramado". Se for pela degradação do gramado, vamos fechar o estádio, não vamos ter nem jogo de futebol lá. Vamos transformar isso em outra coisa. O que é pior, o maior absurdo é fechar um estádio de futebol para prática desportiva.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu acredito que esta Casa precisa, Deputado Ricardo Vale, é encaminhar uma moção à Secretaria de Estado do Esporte e Lazer. Aliás, na verdade, não é ela que faz a gestão do estádio nacional, é a Secretaria de Estado de Turismo. Eu não entendo um estádio, que foi construído para a prática de esporte, Deputado Ricardo Vale, estar subordinado a uma secretaria de turismo. Será que vão trazer pessoas para tirarem fotos do estádio e não vão liberá-lo para que pessoas joguem lá dentro? Isso é um absurdo. Eu estou com V.Exa.

Acredito que nós temos de encaminhar, sim, uma moção de repúdio a essa atitude à Secretaria de Turismo. E que o Governador imediatamente determine a abertura dos portões não somente para treinamento, mas para que haja jogos do futebol americano aqui no Distrito Federal. É preciso que esses atletas tenham um espaço, porque muitas vezes os vejo treinarem em jardins aqui no Plano Piloto, por falta de espaço digno para treinar.

Algumas pessoas dizem: “Ah, o futebol americano não é uma prática esportiva consolidada no Brasil”. E daí? É uma prática desportiva que envolve, engaja o jovem, portanto, acima de tudo, deve ter o apoio do Estado.

Parabéns a V.Exa. por esse assunto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Quero dizer a V.Exa. que o Estádio Mané Garrincha já recebeu, no ano passado, um jogo do futebol americano. Diga-se de passagem, era um dia em que estava chovendo e, após o jogo, a gente viu que não houve nenhum dano ao gramado. É isso que muitos presidentes ou sócios de times de futebol vêm alegando. Então, isso nós não aceitamos.

O Deputado Lira também é um defensor dessa causa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, eu queria parabenizar V.Exa., Deputado. V.Exa. tem razão. O que acontece? Eu sou presidente de um time de futebol. Sou Presidente do Sobradinho Esporte Clube, e os estádios do Distrito Federal não são dos clubes, são da sociedade. Aqui nenhum clube é dono de estádio. O estádio é público.

Até em estádios privados há modalidades de futebol de campo, futebol americano, rúgbi. Na minha avaliação, reclamar, querer impedir que modalidade a ou b seja praticada lá – pode até ser que o cara, às vezes, queira que o gramado esteja razoavelmente em condições – não é prerrogativa de dirigente de futebol ou de presidente de clube nenhum. Isso é política de Estado. São o administrador regional da cidade, o Secretário do Esporte, o Secretário de Turismo que decidem qual é a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

política. V.Exa. foi Secretário do Esporte no governo passado e não impediu que houvesse outras modalidades, outras práticas esportivas nos estádios.

Portanto, V.Exa. tem razão: é um absurdo o que está acontecendo! Eu me somo não só ao pessoal aqui do futebol americano, mas ao de todas as modalidades que precisam utilizar o estádio para suas práticas. A gente sabe que no mundo inteiro... Eu, muitas vezes, vejo o *soccer* sendo jogado onde é jogado o futebol americano. Aí ficam aquelas marcações diferentes ali, e a bola come solta.

É uma incoerência o que está acontecendo aqui no Distrito Federal. Então, eu queria dizer que me somo a V.Exa. e aos atletas aqui. Vamos democratizar esses espaços públicos daqui do Distrito Federal.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Quero comentar com V.Exa. que eu entrei em contato com a Secretária Leila. Na verdade, o único estádio que está sob a jurisdição dela é o estádio Bezerrão. Ela já o cedeu, e lá a gente vai poder exercer a prática do futebol americano. Mas o problema é que temos outros estádios como o Serejão, o Abadião, o Metropolitana. Esses estádios também, Deputado Lira, têm que servir para a gente exercer o futebol americano.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JULIO CESAR – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Realmente, esse tema do futebol americano me interessa muito porque eu sou pai de um dos atletas, que já jogou, inclusive, no futebol americano e participou de alguns treinos aqui em Brasília. Ele joga também o rúgbi, é da seleção de rúgbi de Brasília. Uma das dificuldades do meu filho é justamente essa: não ter local para treinar.

Então, eu quero me somar a V.Exa. em apoio ao pessoal do futebol americano. Podem contar com meu apoio, inclusive para a gente poder intensificar esse esporte em todo o DF, em São Sebastião especialmente. Muito obrigado a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Obrigado, Deputado Lira. Quero dizer que hoje eu estou dando entrada num requerimento solicitando uma audiência pública para que a gente possa debater essa situação dos times de futebol americano aqui em Brasília. Será marcada para o dia 6 de novembro.

Amanhã – convido os Deputados que quiserem estar conosco nisto –, às 16h, vamos estar com o vice-governador, juntamente com o pessoal do futebol americano, a fim de sairmos de lá com uma posição concreta para que isso não mais aconteça aqui em Brasília: de eles serem proibidos de utilizar os espaços públicos do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Então, amanhã, às 16h, vai acontecer essa reunião e trarei mais notícias a V.Exas.

Deus abençoe. Muito obrigado pela presença de vocês. Podem contar com esta Casa porque ela, sem dúvida alguma, apoia o esporte do Distrito Federal.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais membros aqui da Câmara, assessores, imprensa, quero aqui, mais uma vez, saudar os professores que estão aí lutando pela sua contratação na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Quero aqui também saudar os atletas do futebol americano e aqueles que participaram da eleição ao Conselho Tutelar no último domingo, também quero falar sobre a minha solidariedade.

Quero tratar de dois assuntos que estamos vivendo aqui no Distrito Federal e queria pedir, obviamente, a atenção de todos e que se registrasse isto nas notas taquigráficas. Brasília, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que deveria ser uma cidade do futuro, que deveria obviamente ser uma cidade que se preocupasse com a sua população, hoje, é uma das cidades que tem o pior projeto ou a pior questão em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência.

Eu digo que uma pessoa com deficiência, Deputada Celina Leão, quando sai da sua casa, aqui em Brasília, não consegue, Deputado Prof. Reginaldo Veras, chegar a uma parada de ônibus, porque em Brasília não existem calçadas adaptadas a ela. Se ela conseguir chegar à parada de ônibus, nem todos os ônibus do Distrito Federal são adaptados; nem todos conseguem pegar e colocar ali para dentro as pessoas com deficiência.

Deputado Cláudio Abrantes, a pessoa com deficiência ainda sofre uma discriminação tão grande que, quando ela consegue comprar um carro – ela tem a sua isenção de IPI, de ICMS – e fazer o seu transporte, existem ainda alguns cidadãos que utilizam a vaga destinada a ela e estacionam seu carro, alegando que existem vagas demais destinadas à pessoa com deficiência.

Eu falo isso porque essa é uma reclamação constante dessas pessoas que, no Distrito Federal, sentem uma dificuldade muito grande de mobilidade. Quando falo de mobilidade, não é somente do transporte público. Segundo o art. 5º da Constituição Federal, é direito de todos ir e vir, e pessoas com deficiência estão tendo esse direito tolhido pela falta de implementação do Plano Nacional de Acessibilidade, aprovado em 2010, e o Distrito Federal ainda não conseguiu tirar do papel as adaptações das calçadas, as adaptações que devem ser feitas para a mobilidade da pessoa com deficiência. Eu digo isso porque muitas dessas pessoas, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

grande maioria delas não consegue... Como eu disse, aqueles que conseguem comprar um carro, possuem a sua isenção, mas não estacionam nos locais porque alguns utilizam-nos.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (REDE. Sem revisão da oradora.) – Quero iniciar parabenizando V.Exa. pela abordagem. Eu iria fazer uma fala, mas abri mão para encaminharmos a votação.

Quando se fala da pessoa com deficiência, este País e também o Distrito Federal continuam num atraso muito grande e com uma dívida imensa em relação à pessoa com deficiência.

E falando nisso, Deputado Rodrigo Delmasso, hoje tive a oportunidade de estar em Ceilândia em um grande momento da pessoa com deficiência. Estive no Festival das Escolas Especiais, que começou no Centro nº 2, de Ceilândia, e foi sendo ampliado. Esse festival está na 12ª edição. V.Exa. precisa ver a beleza das apresentações e as dificuldades para levar essas pessoas até o ginásio do Sesc. Estive conversando com alguns professores, eu estava lá na saída. A dificuldade é muito grande para fazer a locomoção devido à acessibilidade, até mesmo quando a pessoa com deficiência é um aluno de uma escola especial.

Quero aqui também dizer aos conselheiros que estou junto, que concordo, realmente precisamos fazer com que esse momento, que marcou o momento de muita injustiça – eu diria assim –, tem de ser revisto.

Eu gostaria de saudar, também, meus colegas professores que estão aqui. Nós sabemos da grande necessidade da contratação de professores para que nossas escolas sejam realmente a escola que desejamos.

Portanto, quero agradecer e parabenizar V.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso, que sempre traz nessa área da assistência social temas de suma importância e que têm de ser debatidos, cobrados, porque são pessoas especiais, são pessoas que precisam de uma atenção verdadeira, de políticas públicas e políticas de Estado – não de faz de conta que faz e não de comoção –, precisam de respeito.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Luzia de Paula.

Eu gostaria de fazer um apelo ao secretário de mobilidade, Sr. Carlos Tomé: que ele tire do papel o Plano Nacional de Acessibilidade, que foi aprovado, Deputado Wellington Luiz, em 2010 ou em 2012. Foi feito um pacto entre todos os governadores, à época, que deveriam implantar isso, que suas cidades e seus



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

estados iriam, obviamente, fazer a implantação desse Plano Nacional de Acessibilidade.

É um absurdo, Deputado Bispo Renato Andrade, não podemos aceitar que pessoas com deficiência saiam de suas casas para pegar um remédio de alto custo, em uma farmácia de alto custo, e lá eles não tenham uma rampa de acesso para chegar ao balcão de atendimento. Ou seja, eles contam com o auxílio dos servidores que pegam suas cadeiras de rodas e as colocam próximas ao balcão de atendimento para que eles possam pegar os seus remédios de alto custo. Para nós, que temos a nossa mobilidade facilitada, isso não tem problema nenhum. Subir um degrau, não é dificuldade. Agora, aqueles que têm mobilidade reduzida, ou até mesmo que não conseguem se locomover, é uma luta conseguir alcançar, chegar a ter um remédio de alto custo fornecido pelo governo.

Em se tratando de mobilidade, estamos em uma grande discussão referente ao aumento das passagens de ônibus. Quero dizer que sempre defendi – inclusive na campanha – que, pelo preço pago de subsídio hoje, a tarifa teria que ser zero. Não tem que ser três reais, não tem que ser cinco, dois... Tem que ser tarifa zero! Se o Estado paga um absurdo – quase meio bilhões de reais – de subsídio para as empresas de ônibus, não há que se cobrar aumento algum do passageiro. A justificativa é que vai se reduzir o subsídio! Não, para reduzir, temos que fazer o seguinte: se for para reduzir o subsídio, que se corte ele, mas, se for para continuar pagando esse valor que está aí, que a tarifa seja reduzida a zero.

Acredito ainda mais: o Deputado Bispo Renato Andrade é o Presidente da CPI dos Transportes e a CPI assinou uma moção de repúdio contra o aumento da tarifa. Eu defendo aqui, Deputado Joe Valle, e não irresponsavelmente, que hoje existe, sim, pelo preço que se paga na tarifa-técnica, o Distrito Federal não poderia cobrar um real dos passageiros de ônibus. Se for continuar pagando isso, que a tarifa seja zero para todos os usuários do transporte público do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Encerrados os Comunicados de Líderes, pergunto se algum Deputado deseje fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na pauta o PL nº 531, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade. Houve uma dúvida com relação ao acordo no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Colégio de Líderes; nós conversamos com o Deputado Chico Vigilante e parece que há acordo entre os Líderes. Projeto que trata da Nota Legal, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a retirada de pauta do Projeto nº 677, uma vez que ele não foi votado na CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, qual é a ementa do projeto que a Deputada Sandra Faraj pediu retirada de pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só para explicar o que aconteceu. O projeto é o do consórcio. Nós inclusive havíamos avisado para a Deputada Sandra Faraj o que havia sido acordado no Colégio de Líderes e que iríamos trazer a plenário, só que a própria Deputada chamou o Marcos Dantas e fez um acordo com a Liderança do Governo, que acatou seu pedido, e nós vamos votar na próxima semana, na terça-feira. E fez o compromisso conosco de o projeto tramitar na Comissão de Constituição e Justiça até no máximo sexta-feira.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – É que, salvo engano, esse projeto tramita também na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então, gostaria também de fazer a mesma solicitação a V.Exa. para votarmos o projeto na terça-feira que vem.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Na quinta-feira agora nós temos reunião da CDESCTMAT, vou conversar com o Deputado Cristiano Araújo para colocar na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, boa tarde à Sra. e Exma. Presidente Deputada Celina Leão. Hoje trato de três assuntos pontuais nesta tribuna. Primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

que acompanhei *pari passu* todo esse equivocado, errôneo e incompetente processo seletivo dos conselheiros tutelares.

Inquestionavelmente, se houver justiça, essa eleição deveria ser cancelada. Não precisa nem abordar porque nós já abordamos aqui inúmeras falhas nesse processo de seleção.

Eu, inclusive, para votar no domingo fiz toda uma peregrinação, porque o sistema mandava eu votar em um lugar e na verdade eu estava em outro. E só achei o meu local de votação porque fiz questão de ir atrás e procurar sala por sala que tinha a minha letra, porque o pessoal não achava no sistema. Acabei votando por entender a importância. Mas, de fato, tem que ser revisto esse processo, e inclusive achar culpados por isso.

O segundo fator que me traz a esta tribuna é uma reportagem divulgada ontem e hoje na *Rede Globo*, mais precisamente no *DF TV*, a respeito do PDL nº 50, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que sustava outro decreto do Poder Executivo a respeito da criação do parque do Lago Norte e do Lago Sul.

Quando nós Deputados assinamos alguma petição para que ela tramite nesta Casa nós estamos sendo democráticos e permitindo que ela tramite, que ela seja debatida. A nossa assinatura não significa que nós necessariamente votaremos a favor daquilo. Então, quando assinei aquilo, era para que ela tramitasse para que nós pudéssemos debater. Entrou em discussão, debatemos. E eu, particularmente, junto com o Deputado Chico Leite, com o Deputado Cláudio Abrantes, com o Deputado Joe Valle, com a Deputada Luzia de Paula, consideramos que havia vício, tanto no decreto do Governador quanto no decreto do Deputado Cristiano Araújo. E não tem sentido eu votar a favor de um para derrubar o outro sendo que eu considero os dois equivocados.

Resultado: eu me abster de votação. Estava ali, onde esse rapaz está em pé agora aqui, o nosso servidor, o Alan, e me abster de votação; abstenção em que fui acompanhado pela Deputada Luzia de Paula e pelo Deputado Chico Leite, mas a Rede Globo, com base nas assinaturas para que o projeto tramitasse, disse em rede que nós votamos a favor da redução da área. Então, houve um equívoco de interpretação. Não sei se foi equívoco ou se foi má intenção de quem editou a matéria, mas enfatizo: eu e os Deputados – vou falar em nome deles: o Deputado Chico Leite, a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Cláudio Abrantes – não concordamos em nenhum momento em reduzir a área dos parques do Lago Sul e do Lago Norte. Esse é o fato e deixo claro aqui a má direção, a má condução da reportagem feita pela Rede Globo. Já pedimos as notas taquigráficas e tudo para mostrar a nossa abstenção em relação aos dois decretos, tanto o do Deputado quanto o do Governador.

Por fim, Sra. Presidente, mais uma vez volto a esta tribuna para falar de educação. Desde fevereiro, quando iniciamos o mandato, iniciamos junto com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Comissão de Educação, Saúde e Cultura uma peregrinação pelas quatorze Regionais de Ensino. Qual era a nossa metodologia? Visitar a Regional de Ensino, conversar com os técnicos e, em seguida, visitar uma escola que fosse considerada de excelência naquela Regional e uma que fosse considerada a pior, daquelas que devem ser destruídas. Qual era o nosso objetivo? Analisar aspectos administrativos e infraestruturais. Ao todo, visitamos mais de setenta escolas desde o início do ano, em algumas delas fui na companhia do Deputado Joe Valle – que não é membro da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, mas que nos acompanhou – e em outras fui com a Deputada Luzia de Paula e com o Deputado Wasny de Roure, que foi um grande parceiro nesse projeto. Produzimos um relatório, relatório esse que entregarei nas mãos do Governador do Distrito Federal e também da Promotoria de Defesa da Educação do Distrito Federal. Já deixo o aviso aqui a todos os Deputados e a todos os assessores de que esse relatório está disponível no nosso *site* e todos podem acessá-lo.

A pesquisa, a nossa averiguação, não tem nada de muito novo, não. As escolas em geral apresentam problemas comuns como construções antigas que precisam ser demolidas, ampliadas ou reformadas; ausência de auditórios nas escolas, impedindo o desenvolvimento de atividades lúdicas, artísticas e culturais e falta de cobertura de quadra, o que limita a plena atividade física nessas escolas. Sras. e Srs. Deputados, achamos algo absurdo e esdrúxulo em algumas visitas; achamos quadra sem cobertura e, pasmem, achamos cobertura sem quadra. Eu não sei como se faz uma cobertura de um lugar onde não existe quadra poliesportiva, mas aqui no Distrito Federal os gestores conseguiram essa proeza.

Digo ainda, outro grave problema enfrentado pelas escolas trata de vagas. E eu vou citar aqui, vendo ali o Deputado Lira, a área de São Sebastião. Deputado Lira, as crianças de sua cidade não terão onde estudar no ano que vem simplesmente porque não há escolas e não há espaço público para a construção de escolas. Então, o senhor vai receber queixas lá dos seus eleitores porque os alunos terão que ser colocados em ônibus e fazer aquele longo trajeto para estudar em escolas do Plano Piloto. O aluno tem que acordar cedo, se deslocar no trajeto, e tudo isso, é claro, vai atrapalhar o rendimento escolar. O que acontece em São Sebastião acontece também no Paranoá. O Paranoá tem hoje uma demanda por 7 mil vagas, e simplesmente nenhuma nova escola está sendo construída. Sete mil vagas e nada de escola sendo construída. E o ano letivo começa em fevereiro. Por mais mágicos e competentes que fôssemos, não conseguiríamos construir escola até essa data. Resultado: também os alunos do Paranoá terão que se deslocar para o Plano Piloto e para outros lugares para exercerem suas atividades estudantis.

Outro grave problema: nós temos dezenas de escolas, Sra. Presidente, que foram construídas provisoriamente e deveriam durar apenas dez anos, mas elas estão funcionando há trinta anos em condições absolutamente precárias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Outro grave problema é a implantação da educação integral. O menino fica no turno com as matérias normais e no contraturno com atividades extras, lúdicas, esportivas, mas introduziram a educação integral no Distrito Federal sem que houvesse as condições adequadas para fazê-lo. Resultado: os alunos ficam literalmente jogados dentro da escola. A escola se transformou em um depósito de crianças. A coisa é tão feia, que fui convidado pelos pais a participar de uma reunião em uma escola da Ceilândia, onde os pais pediam pelo amor de Deus que acabassem com a educação integral naquele lugar porque os seus filhos estavam sendo maltratados pelo Estado. Não pelos professores da escola, mas pelo Estado, porque as condições eram absolutamente inadequadas.

Outro problema é o repasse do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, que é o dinheiro mandado para as escolas para que elas custeiem a sua manutenção. O dinheiro é insuficiente, o que impede os diretores de fazerem o trabalho adequado.

Por fim, algo em que venho batendo na tecla há muito tempo é a segurança dentro e no perímetro das escolas. Mais crianças irão morrer, mais crianças serão assassinadas, mais jovens pagarão pela insegurança no perímetro das escolas. Quero deixar claro aqui que não é culpa do governo atual, nem do passado e nem do posterior, é culpa do Estado do Distrito Federal, é culpa da sociedade brasiliense. Todo governo que entra e que sai diz que a educação será prioridade. Sou professor há 22 anos e, de lá para cá, a coisa só se torna mais decadente. Estou fazendo aqui a denúncia e um desabafo e tenho certeza de que voltarei, no ano que vem, a fazer a mesma denúncia. Enquanto a sociedade brasiliense e brasileira não assumir a educação como prioridade, todos esses problemas continuarão e as vítimas, senhores, serão vocês, vocês Deputados, vocês assessores, vocês do plenário, eu e toda a sociedade. Nós seremos vítimas desse abandono.

Faço aqui um clamor: assim como aprovamos – em acordo com o governo – 12 milhões de reais para mandar para a saúde, que estava sem orçamento, lanço aqui, hoje, a proposta de destinar um percentual das emendas orçamentárias do ano seguinte para reconstrução e reforma das escolas como forma de minimizar esse problema.

Sra. Presidente, eu gostaria que isso constasse como proposta desta Casa para o Poder Executivo. Eu gostaria que a publicidade desta Casa divulgasse o nosso relatório para que toda a sociedade do Distrito Federal tenha acesso. E relembro, não há nada de novo, nada de novo, é apenas uma constatação do concreto e da realidade que se alonga há muito tempo no Distrito Federal.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estamos nos Comunicados de Parlamentares e nesse período não existe aparte. Deputado Prof. Reginaldo Veras,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

V.Exa. está falando há quase dez minutos e solicito que conclua o seu pronunciamento para entrarmos na Ordem do Dia.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, concluo pedindo que os meus clamores sejam registrados como pedidos desta Casa e que constem também da publicidade da Casa o relatório feito a partir desta pesquisa. Agradeço de antemão a todos os membros da Comissão de Educação, Saúde e Cultura que tem me ajudado – e muito – a honrar o compromisso que assumi de transformar aquela comissão em uma comissão muito produtiva e muito ativa.

Muito obrigado ao Deputado Rafael Prudente, ao Deputado Wasny de Roure, à Deputada Luzia de Paula e ao Deputado Juarezão. Muito obrigado, Sra. Presidente, por ter me concedido esse tempo extra.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero esclarecer o que votamos na última terça-feira, quando sustamos o Decreto nº 36.689, de 2015, e o Decreto nº 36.735, de 2015, a respeito da ampliação dos parques que foi publicado no decreto do Governador.

Quero deixar claro que esta Casa jamais entraria em contradição com a Justiça. O que votamos aqui foi a questão da ilegalidade dos dois decretos do Governador, que infringiam tanto a Lei Orgânica do Distrito Federal quanto a Lei Federal nº 9.985.

A Câmara Legislativa não votou pela paralisação das derrubadas. Quero deixar claro que os 30 metros permanecem e a derrubada também permanece. O que nós questionamos foi a legalidade dos decretos que estão infringindo a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Federal nº 9.985.

Então, que o Estado chame a população, tanto a do Lago Sul quanto a do Lago Norte, e dê a eles a oportunidade de participar de uma audiência pública, como prevê a legislação e depois faça um decreto legal.

Quero deixar claro também o meu apoio ao pessoal do Conselho Tutelar. Conheço vários candidatos cujas candidaturas foram impugnadas. Mesmo eles tendo sido conselheiros, não conseguiram comprovar sua experiência. Alguns já tinham dois mandatos de conselheiro tutelar. Então, fica clara a irregularidade. O que eu sugiro ao Governo do Distrito Federal é que cancele essa eleição fraudulenta.

Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vou somente corroborar o pronunciamento do Deputado Prof. Reginaldo Veras quanto ao projeto de decreto legislativo do parque do Lago Norte.

Nós, logicamente, respeitamos a opinião de todos os Deputados. Foi uma posição majoritária. Eu concordo com o Deputado Rafael Prudente no tocante à intenção de sermos contra o parque.

Nós assinamos o decreto porque entendíamos que havia ali – e há notoriamente – um erro muito grande no decreto do Governo do Distrito Federal. Portanto, entendíamos que ele não poderia progredir. Por isso, num primeiro momento, assinamos e, depois da votação, entendíamos que havia um problema de conteúdo. Então, nós queríamos construir nesse sentido.

E eu saí da votação. Eu sequer estava na votação. Lógico, outros Deputados se abstiveram, como foi o caso do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Agora, por que nós estamos impugnando isso? Porque aqui é uma casa de consenso e, se foi aprovado, é a posição da Câmara, mas que fique claro que o que ocorreu foi o Deputado Rafael Prudente colocou. No nosso caso específico, saiu uma matéria jornalística dizendo que nós votamos nesse projeto. Então, que fique clara a informação. No meu entendimento, essa informação não foi passada corretamente aos telespectadores, porque sequer na votação eu estava.

O que nós pedimos é que isso conste do nosso site, que hoje é o nosso único mecanismo de comunicação. Sei que V.Exa. está fazendo um esforço gigantesco para que, em breve, tenhamos a *TV Distrital*, e as pessoas possam acompanhar e ver o que realmente acontece aqui. Peço que tenhamos a certeza de que isso será publicado no nosso site, e possamos, naturalmente, passar isso aos nossos eleitores, respeitando a posição majoritária da Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu assisti à matéria da *TV Globo* hoje de manhã. Eu tenho absoluta clareza e tenho responsabilidade com o que eu assinei e com o que eu votei. Eu não me arrependo do que eu faço. Eu assinei e votei. E nós votamos, porque o Governo do Distrito Federal precisa entender que ele não tem o direito – eu disse isso aqui nesta tribuna quando dei minha justificativa de voto – de fazer o que ele está fazendo, que é criar parque por decreto. Não se cria parque por decreto. Para se criar parque, tem que ter audiência pública com a população. Não houve audiência pública.

Há essa história de que Brasília é cidade de parque. Lá na Ceilândia, há dois parques. O governo está cuidando deles? Não. Estão largados, invadidos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Eu fui procurado – e repito – por uma trabalhadora aqui desta Casa. Não é uma marajá, não, Sra. Presidente. Eles compraram a casa e estava delimitado o terreno deles. Quando o Governo do Distrito Federal notificou, eles gastaram dinheiro para fazer a cerca, Deputado Rafael Prudente, arredando os 30 metros, porque há a lei. Eles cumpriram tudo o que determina a legislação. Depois que eles tinham feito tudo, o governo cria um parque cuja poligonal, sem discussão nenhuma com a população, está comendo a metade do telhado da casa deles. Isso é justo? Isso é correto? Isso é aqui no Lago Norte.

Portanto, essa história de que nós estamos protegendo rico do Lago Norte é mentira. Essa história de que nós estamos impedindo derrubada é mentira. O que nós fizemos foi nos insurgir aqui contra a barbárie. O governo não pode tudo. O governo não pode tudo, e eu não tenho medo nenhum. Acho até bom que a *Globo* coloque quem assinou. Assinei e sou responsável pelo meu voto. Não é problema nenhum a *Globo* divulgar que eu votei. Não cometi nenhum crime, nenhum crime. Não estou protegendo nenhum facinora. Portanto, eu tenho absoluta clareza do que eu assinei, do que eu votei, de que eu não estou impedindo derrubada. Mas isto não pode: o governo faz uma notificação, a pessoa se adéqua a essa notificação e, em seguida, chega outra determinação.

Por maior que fosse o ambientalista... Um dos maiores deste País se chamou Chico Mendes. Eu duvido que ele aceitasse uma barbaridade dessas. Tanto que nós dissemos ao governo que não poderia ser feito desse jeito.

Quer discutir o parque, Deputado Rafael Prudente? Discuta com a comunidade e depois mande o projeto para esta Casa. Porque é muito fácil fazer demagogia. O que foi feito no Lago Norte é demagogia pura.

Eu estou falando, Sra. Presidente, com a autoridade de quem, no âmbito do Governo Federal, a pedido do Presidente Lula, foi conversar com o Governador Joaquim Roriz para delimitarmos uma nova poligonal no Parque Nacional de Brasília, na Água Mineral. Quando estávamos destinando 36 mil hectares a mais ao parque para podermos liberar a Cidade Digital, veio um ambientalista dizendo que nós estávamos acabando com o parque, quando era mentira. Nós estávamos dando 36 mil hectares a mais para liberar 167, que era, e é, a Cidade Digital.

Portanto, sou responsável pelo meu voto, sou responsável pela minha assinatura e não me arrependo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, eu só queria esclarecer. Eu acho que é importante, Deputado Rafael Prudente, esclarecer a verdade.

Primeiro, não há nenhuma extinção de nenhum parque. E eu posso falar isso como moradora do Lago Norte. Eu não estou falando como uma pessoa que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

mora no Lago Norte. Nós temos vários parques lá que estão abandonados e hoje são cuidados pela comunidade, Deputado Joe Valle.

Eu acho que a questão aqui é muito simples. Eu quero inclusive perguntar ao nosso querido Promotor de Justiça se nós podemos infringir a lei mesmo se a coisa for meritória, porque, se nós pudermos infringir a lei pelo bem comum, nós teremos de fazer muita coisa aqui no Distrito Federal. A nossa Lei Orgânica é clara. Ela fala que tem de ter audiência pública. E não teve! Não teve, e simplesmente o Governo do Distrito Federal, por decreto, amplia o parque.

Eu acho que talvez os ambientalistas sequer pisaram lá. Porque ampliaram o parque para dentro da casa dos moradores. Se quisessem ampliar o parque, Deputado Joe Valle, iriam ver, lá no Lago Norte, várias áreas verdes que precisam, sim, ser criadas. Nós temos lá o Córrego do Urubu. Precisa ser criado um parque lá, porque está sendo devastado.

Agora, fazem hipocrisia em cima da população e usam essas inverdades para se tornarem mentiras! Esse Poder aqui, enquanto eu estiver na Presidência, não vai admitir. Quer criar parque, crie, mas cumpra a lei. A Lei Orgânica do Distrito Federal fala que tem de ter audiência pública, que as pessoas precisam ser ouvidas. Não é na canetada. Porque, se pudermos desobedecer a lei e fazer, mesmo que seja meritório, pela canetada, então vamos pegar a nossa Lei Orgânica do Distrito Federal e rasgá-la, vamos pegar as nossas legislações que existem e vamos rasgá-las.

Eu acho que a população precisa ser ouvida. Eu acho que eles precisam saber qual a delimitação que eles estão fazendo. Falar: "Ah, não, estamos criando o parque..." Talvez a servidora aqui da Casa possa explicar que o quintal da casa dela não é o parque.

O parque precisa ser criado sim, ampliado sim, mas precisamos cumprir os pré-requisitos legais, porque, se esses pré-requisitos legais forem dispensados, Deputado Chico Leite, daqui a alguns dias, outros também que são importantíssimos para cumprirmos a lei serão dispensados. Então, eu acho que é esse o mérito da questão.

E outra coisa, Deputado Agaciel Maia, não teve nenhuma redução do parque. Todos os parques estão mantidos. O GDF simplesmente ampliou sem fazer audiência pública, que é um pré-requisito, e esta Casa cumpriu a lei pedindo que se faça audiência pública. Se o GDF quer ampliar, cumpra a lei: faça audiência pública e escute a população. Aí sim, faça o decreto.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é somente para esclarecer ao Deputado Cláudio Abrantes que, na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

reportagem da *Rede Globo*, não foi colocado quem votou, somente quem assinou o papel.

Só para corroborar o que V.Exa. disse, essa questão do decreto infringiu os arts. 279, 362 e 295 da Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei nº 9.985, de 2.000.

Sra. Presidente, aproveitando a oportunidade, quero pedir a V.Exa. que acrescente na Ordem do Dia o PDL nº 28, de 2015, que foi apensado ao Projeto de Lei nº 42, de 2015, do Deputado Robério Negreiros, que trata do Convênio ICMS nº 78, de 15 de agosto de 2014, que “concede isenção de ICMS na saída de veículos destinadas a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria falar sobre dois assuntos. Primeiro, quero agradecer a V.Exa. por colocar na pauta esse projeto de decreto legislativo, tanto do Deputado Robério Negreiros, como do Deputado Rafael Prudente, por que hoje existem mais de oitocentas famílias de pessoas com deficiência que estão esperando a carta de isenção de ICMS para retirarem-no da compra dos seus carros. Esse convênio ICMS, Deputado Joe Valle, prorroga a isenção de ICMS para compra de carros para pessoas com deficiência.

Quero deixar uma coisa bem clara. Falamos da questão da criação de parques, que é uma pauta bacana, mas eu queria fazer uma pergunta que tenho feito muitas vezes e, até agora, não recebi resposta: onde estão os recursos do Fundo Único do Meio Ambiente que servem para fazer implantação de parques no Distrito Federal?

Nós temos hoje, criados por decreto ou por lei, 72 parques em todo o DF, no Lago Sul, no Lago Norte, na Ceilândia, na Candangolândia. E temos visto que essas unidades de conservação estão sofrendo tremenda degradação ambiental. Existe ali a utilização antrópica, ou invasões que acontecem dentro desses parques por causa da falta de implantação, e há recursos do Fundo Único do Meio Ambiente que foram destinados e, até hoje, não foram utilizados.

Surpreende-me quando eu abro o Diário Oficial do Distrito Federal e vejo que o FUNAM – Fundo Único do Meio Ambiente está fazendo convênios para fazer festa. Onde está a priorização do meio ambiente? O Fundo Único do Meio Ambiente foi criado para fazer implantação de parques no Distrito Federal. Eu fico assustado. Uma transferência de recursos para uma entidade? E aqui eu não estou julgando o mérito, eu estou dizendo o que é prioridade. Deputado Robério Negreiros, V.Exa. que foi Presidente da CDESCTMAT, isso é um absurdo!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Os parques nossos em extrema degradação: Cidades que têm parques no papel, mas não têm parques implantados. Dinheiro público do Fundo Único de Meio Ambiente sendo utilizado para fazer festa é um absurdo. Isso é um absurdo! É uma hipocrisia vir discutir isso aqui! É ser hipócrita discutir isso aqui!

Brasília é cidade parque? Então, vamos pegar o recurso do Fundo Único do Meio Ambiente e vamos implantar os parques que estão nas cidades-satélites: na Ceilândia, na Candangolândia, no Guará, em Taguatinga, em Sobradinho II. Vamos tirar esses parques do papel, Sra. Presidente, mas precisa-se ter uma gestão responsável.

Outra coisa, o Instituto Brasília Ambiental, que é o instituto que deve cuidar da compensação ambiental do Distrito Federal... Foram levantados, no ano passado, Deputado Joe Valle, cerca de 80 milhões de reais de compensações ambientais que nunca foram cobradas. A gestão anterior da Secretaria de Meio Ambiente, Deputado Chico Leite, cobrou todas. Inclusive alguns parques foram implantados com recursos da compensação ambiental. O Estado não tirou um centavo. Vou citar um exemplo: o parque da Asa Sul. Começou a sua implantação com recursos da compensação ambiental.

Eu quero que me respondam: por que pararam de fazer isso? Porque ter delimitação no papel é muito fácil. O que eu quero saber é o seguinte: quando os gestores ambientais vão levar a sério a implantação dos parques no Distrito Federal e tirar do papel aquilo que está dentro da lei? Para isso, é necessário levar a coisa a sério. Eu quero que os gestores ambientais me respondam: para que está sendo utilizado o dinheiro do Funam se não é para implantação de parques? Que se use, que se licite, que se faça o processo legal. Será que não estão fazendo por causa de incompetência ou por que existem outras coisas?

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estou preocupado porque nós fizemos um acordo de Líderes para votarmos e já são 18h10min. Nós temos extrapolado muito os Comunicados de Líderes. Nós temos vários compromissos. Eu queria fazer um apelo aos colegas: comecemos a votar a Ordem do Dia, porque temos de votar os projetos em dois turnos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acho que só há o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Joe Valle e o Deputado Cláudio Abrantes inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero solidarizar-me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

com o pessoal do Conselho Tutelar. Uma coisa que começa errada não tem como não terminar certa. Esse processo foi todo viciado, e quero parabenizar, inclusive, a Defensoria Pública, que entrou na justiça e derrubou essa eleição. Mas o GDF foi lá com a liminar e fez uma eleição, na minha avaliação, completamente equivocada, viciada, com muita gente sendo eleita usando o poder econômico, a estrutura do Estado, as administrações regionais. Isso tem que ser cancelado, mesmo! Espero que o GDF tenha juízo.

Outra coisa que precisa ser cancelada urgentemente é esse aumento de 40% nas tarifas de ônibus e metrô. Por isso, protocolei um pedido de urgência hoje, Sra. Presidente. Tivemos aqui 15 Deputados que assinaram o PDL porque entenderam que não era o momento de o Governo apresentar uma política de reajuste nas tarifas, nesse momento, de uma forma tão alta.

Vossa Excelência, Sra. Presidente, foi uma das autoras da CPI dos Transportes, por meio da qual estamos identificando nessas tarifas técnicas que o preço desse quilômetro rodado que vem sendo passado para as empresas, o subsídio, é absurdo. Provavelmente, vamos chegar ao final do ano com o governo dando subsídio de quase um bilhão para as empresas. É um verdadeiro assalto aos cofres públicos, aos trabalhadores, ao povo do Distrito Federal.

Portanto, em função de a CPI já ter identificado que essa tarifa técnica do quilômetro rodado e o subsídio que o governo vem dando para as empresas serem muito altos, em função da resolução do Tribunal de Contas do DF, em junho, por unanimidade, que aconselhou o GDF a não reajustar as passagens enquanto a Secretaria de Mobilidade não fosse transparente e apresentasse os cálculos de todos esses custos no Sistema de Transporte, sugeriu-se que não se desse o aumento. O próprio Secretário de Mobilidade, que esteve aqui, em uma comissão geral, falou com vários Deputados desta Casa que não daria o aumento, porque a própria secretaria, Deputado Chico Leite, estava fazendo uma auditoria, pois nem eles sabiam se o que é passado para as empresas é justo ou não.

Portanto, deram um aumento sem critério nenhum, no susto. Deram um aumento sem análise técnica nenhuma. Os empresários, provavelmente, estão muito felizes, mas os trabalhadores estão pagando o pato. Temos um transporte público que não funciona, que não tem integração, caro, deficiente e que não atende à população. E nós viemos aqui e nos calamos diante disso.

Quero reiterar, Sra. Presidente, o meu pedido para que seja lido o requerimento que pede urgência na tramitação desse PDL, até porque é preciso que esta Casa se manifeste. Se os Deputados acharem que têm de dar o aumento de 40%, que votem! Eu, particularmente, pelo que estou vendo na CPI, acho que é um absurdo o preço dessas tarifas. Agora, não temos que ter medo de nos posicionar. Somos eleitos para dizer aqui a nossa opinião. Eu queria que fosse lido o requerimento, que esse PDL tramitasse rapidamente nas comissões e que esta Casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

se manifestasse. Até porque estou lendo aqui no *Correio Braziliense* de hoje que o defensor público Kleber Vinícius Melo ingressou com uma ação na Justiça para tentar impedir o reajuste das passagens de ônibus no Distrito Federal. Ele colheu pessoalmente as assinaturas, para dar entrada a uma ação popular. Já é a Justiça entendendo que esse reajuste é um absurdo, e esta Casa também tem que se manifestar.

Então, não vejo problema em V.Exa. ler o requerimento, para que o projeto tramite aqui em dez dias. Se esta Casa entender que o Governo deve voltar atrás, que volte! Temos que discutir de forma bem transparente, chamando os órgãos de fiscalização, esta Casa e a população, para realmente sabermos que contas são essas, que valor exorbitante é esse.

Eu me lembro, Sra. Presidente, de que, em fevereiro deste ano, protocolamos aqui um projeto sobre tarifa zero, para que esse programa fosse adotado no Distrito Federal. De acordo com o cálculo de nossa assessoria, com mais ou menos 800 milhões, 1 bilhão por ano, dá para implementar o Tarifa Zero em todo o Distrito Federal. Ora, já vai para quase 1 bilhão no final deste ano e, se continuar essa política, no ano que vem, serão dois, três. Um verdadeiro desperdício de dinheiro público! Os empresários estão cada vez mais ricos e a população cada vez mais desassistida no transporte público.

Peço a V.Exa., que se preocupa muito com essa questão do transporte público, que leia esse requerimento, para que, de forma muito tranquila e transparente, esse projeto tramite aqui. Espero que esta Casa convença o Governo do Distrito Federal a voltar atrás na decisão de reajustar as passagens.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Deputado Juarezão e eu temos uma audiência pública exatamente para, na nossa luta por leitos, a ampliação do Hospital de Brazlândia.

Então, eu gostaria de pedir que comecemos a votação, porque temos de estar lá às 19h.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Se os Deputados concordarem, posso transferir as falas para depois da votação.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Você, que está na galeria se manifestando, não acompanhou o trabalho que foi feito nesta Casa. Exijo respeito. Sabe por quê? Porque o requerimento para instalação da CPI nesta Casa é de minha autoria. Quem fiscalizou e quem denunciou a máfia do transporte fui eu. Inclusive, essa denúncia foi feita no governo em que o Deputado Ricardo Vale era secretário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Eu não cedo a pressão e exijo respeito, porque trato todo mundo com respeito. Esta Casa é uma Casa democrática. Não fazemos as coisas sozinhos aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nobres pares, serei breve, pois temos que migrar para a pauta, em respeito aos Deputados que têm outros compromissos.

Venho a tribuna hoje porque não poderia deixar de registrar o que aconteceu na noite de ontem, na Câmara dos Deputados. Houve uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, presidida pelo Deputado Paulo Pimenta, do Partido dos Trabalhadores, em que se avaliou a ação de milícias em diversas partes do País. Eu já trouxe esse tema aqui, quando foi queimado um terreiro na região de Santo Antônio do Descoberto, mas, em outros pontos do País, a situação é mais grave, inclusive com grupos de extermínio dessas comunidades tradicionais, além de ataques a indígenas, quilombolas e uma séria de outras questões. Os manifestantes estavam nessa audiência da comissão e tentavam fazer um trabalho no momento da discussão do PL nº 37, de 2011, apensado à PEC nº 215, que está em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse evento, a bancada contou com a presença da Subprocuradora da República Deborah Duprat, que falou sobre a gravidade da atuação dessas milícias. De repente tentaram um acordo para que os representantes dessas instituições fossem recebidos pela Presidência da Câmara dos Deputados. A Deputada Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores, inclusive defendeu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito e, para surpresa de todos, houve uma negativa do Presidente da Câmara dos Deputados. E, além da negativa, num ato truculento, ele determinou que fossem retirados aqueles representantes de entidades que estavam numa audiência pública com a presença da Subprocuradora Geral da República. Ele determinou que fossem retirados, mostrando uma total inabilidade, uma falta de sensibilidade com essas comunidades que só querem ter o direito à vida e à manifestação de suas crenças.

Resultado da obra: foram desligadas as luzes da comissão, foram fechados os corredores, a polícia – isso na Câmara dos Deputados, Deputado Wasny de Roure – entrou em posição de ataque. A Polícia Militar foi chamada para a parte de fora. Isso para manifestantes de quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais de terreiro. Foi necessária a intervenção de vários outros Deputados, como – vou citar alguns, talvez me esqueça de outros – Chico Alencar, do PSol do Rio de Janeiro; como Jean Wyllys; como o nosso querido Alessandro Molon, que agora acaba de ingressar à Rede. A situação só foi resolvida com a presença do Senador Lindbergh Farias.

Então, eu quero deixar aqui primeiro a minha solidariedade a este povo. Aqui na Câmara Legislativa, diferente do que está acontecendo na Câmara dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Deputados, essas comunidades têm o apoio e a receptividade de diversos Deputados que já fizeram audiências públicas. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, deixar de registrar mais esse fato lamentável acontecido na Presidência da Câmara dos Deputados. Mais lamentável ainda é ver as revistas do final de semana sequer tocarem no nome deste cidadão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, último inscrito.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, boa noite. Boa noite a todos. Eu gostaria de vir neste momento à tribuna. Pelo que eu estou sabendo, os Líderes, e o meu Líder estava junto, fizeram acordo em vários pontos de votação. Nós compreendemos e estamos trabalhando a ideia de tornar Brasília uma cidade melhor e caminhar para resolver todos esses problemas.

Eu gostaria de lembrar a todos os companheiros e gostaria de aproveitar a presença do Secretário de Fazenda, que está aqui, a quem eu tenho um grande respeito, que nós estamos fazendo acontecer todas essas votações dentro de um processo de reconstrução de caixa do governo para encaminhar, inclusive, pagamento de salário. Agora, nós tínhamos também acordos passados, como trazer à Câmara a diminuição de alguns impostos, como, por exemplo, o ICMS do álcool, do etanol. Nós aumentamos o ICMS da gasolina e tínhamos um acordo para diminuir o ICMS do etanol. Eu estou aguardando a chegada disso – até porque eu sou a favor realmente da questão da sustentabilidade – para incentivar o consumo de um combustível renovável. No meu entendimento e no entendimento do grupo que nos acompanha, valia a pena pesar a mão num combustível fóssil não renovável se teríamos a contrapartida na diminuição dos impostos de um combustível renovável. Isso ainda não aconteceu.

Outra coisa que nós precisamos e queremos é trabalhar a desoneração da cesta básica. Eu sei que havia uma vinculação com a questão do IPTU, e a Câmara hoje vai retirar o IPTU de pauta, aliás, vai derrubar o projeto. Foi um acordo de Líderes que isso vai acontecer.

E, dentro desse processo todo, nós precisamos efetivamente trabalhar a questão do desenvolvimento. O que nós estamos entendendo é que o governo tomou uma postura arrecadatória para resolver a crise. E essa questão resolve o problema conjuntural, de agora, do momento, mas nós precisamos resolver o problema estrutural que nós vivemos no Distrito Federal. Enquanto nós não trabalharmos o aumento de base de arrecadação, enquanto nós não trabalharmos o incentivo verdadeiro e tivermos a confiança na ação decisiva do governo, nós estaremos na espiral negativa da arrecadação e da diminuição de base.

Isso é um vício, e nós estamos vivendo isso também no nosso País. O Estado faliu. Basta ir à rua e perguntar para as pessoas o que o Estado está entregando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

para a comunidade, para a população. Nós percebemos isso num problema de gestão crônico a que nós assistimos e continuamos a assistir. Em dezessete estados do Brasil, a questão da austeridade está vindo como única salvação, e não é a única salvação, definitivamente não é a única salvação. Então, nós precisamos, aqui nesta Câmara, discutir outros caminhos que não só o caminho arrecadatário que nós estamos trabalhando.

Logicamente, temos de ser responsáveis, e eu sou responsável, quero seguir as nossas Lideranças, as definições dos nossos Líderes, mas não me sinto à vontade votando alguns pontos que foram acordados. Não me sinto à vontade para votar aumento de ICMS. Isso pega frontalmente a veia do setor produtivo e empurra mais ainda para essa espiral negativa. Então, eu quero colocar aqui o meu protesto em relação ao acordo de aumento do ICMS e quero dizer também que não vejo alternativas sendo trabalhadas. Já discuti isso com o Secretário de Fazenda e sei que ele coloca sempre conosco que há outras coisas, mas eu não consigo enxergá-las chegando à Câmara.

Quero colocar que há um acordo, eu sou da mesma opinião do Deputado Prof. Reginaldo Veras: como nós fizemos na questão da votação das emendas para a saúde, que nós façamos para esse próximo ano, Sr. Presidente, um acordo, que V.Exa. puxe isso, para fazermos uma votação, que seja de 6 milhões de reais por Deputado, para as escolas, efetivamente para as escolas, para a educação.

Colocar a situação de que nós temos a educação como uma coisa importante no governo, no discurso, é fácil, muito fácil, e todos os governos – como o Governo Federal, que coloca: “pátria educadora” – colocam isso, mas nós não estamos enxergando isso na prática, Deputado Prof. Israel e Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exas. que são professores e sabem do que eu estou falando.

Eu tenho aqui duas leis nossas que vão ao encontro dessa possibilidade e foram vetadas, acabaram de ser vetadas: a lei que trata do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, que coloca de uma forma clara para que as escolas possam planejar com datas específicas seus orçamentos, que foi vetada. Vetar uma lei dessas significa: “Eu não tenho certeza e não dou certeza de quando vou repassar o recurso para as escolas.” Se o gestor não tem certeza do seu orçamento, não consegue fazer a gestão. Não consegue, definitivamente, fazer a gestão. Aí, é hipocrisia falar que coloca prioridade na educação. A gente quer, efetivamente, que seja prioritário, está certo? Essa é a lógica.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero falar a V.Exa. que eu não assinei e não votei a questão do decreto colocado aqui pelos Deputados, por princípio: não assinarei e não assinaria nada que diminuísse ou fosse contra qualquer coisa relacionada a parques, mas eu concordo que a forma como isso foi colocado é um absurdo, um completo absurdo. Eu concordo que a forma como foi colocado é um completo absurdo. Eu fiz isso por um princípio meu, pessoal, mas, a forma como foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

colocado – eu não quero discutir o mérito, porque acho meritório sempre que aumentamos parques – está errada. Tive oportunidade de conversar com a presidente do Ibram, com as pessoas que formularam isso e falei: está errado. Não se faz dessa forma. Não se pode fazer dessa forma. E, quando se repetir essa forma, vai estar errado novamente, e vai haver problemas.

Então, é um processo que não tem nenhum ganhador, só tem perdedor, só tem perdedor. Eu gostaria que fosse reconsiderado, para que a gente consiga, efetivamente, conversar com as pessoas. Eu tenho certeza absoluta de que todos os moradores do Lago Norte são a favor dos parques. Agora, um estudo feito por esta Casa revela que nós temos quinhentos e poucos hectares de áreas públicas que foram invadidas, não porque as pessoas só desejassem invadir, mas porque estavam lá largadas, e o governo, como eu falo, falido, não conseguia cuidar delas, e as pessoas realmente passaram a cuidar delas. Elas querem pagar por essas áreas, então que se cobre por elas e que esse recurso vá não para esse buraco profundo, que é uma conta impagável da ineficiência, ineficácia, inefetividade do governo, mas para resolver o problema da orla e dos parques. Se o governo não der um resultado em curto prazo para aqueles espaços que foram retirados dos cidadãos que estavam cuidando de lá, de forma justa, realmente será um fracasso completo para este governo que tem usado como bandeira a desocupação da orla e a retirada dos ricos como se tira dos pobres.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para superar o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 ao 117, vetos da Ordem do Dia. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, faremos a leitura do primeiro item.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 653, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício de 2016".

A proposição não recebeu pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças nem da Comissão de Constituição e Justiça, que deverão se manifestar sobre o projeto.

Quero lembrar aos Deputados que esse é o projeto do IPTU, que nós vamos rejeitar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tendo em vista que temos o entendimento da rejeição completa do projeto, eu indago a V.Exa. – e o pessoal da assessoria poderá esclarecer melhor – se, mesmo assim, é necessário ele tramitar nas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A assessoria me informa que sim, Deputado Chico Vigilante.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

O Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças Deputado Rafael Prudente, está presente? (Pausa.)

Há algum membro da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças presente? (Pausa.)

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. poderia proferir o parecer ao projeto? É sobre o IPTU. Há acordo para rejeição.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, alguém esqueceu uns óculos de grau aqui no plenário. Certamente a pessoa está enxergando menos. Estão aqui à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 653, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício de 2016".

Sra. Presidenta, o parecer, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em face do acordo que foi firmado entre os senhores Líderes, é pela rejeição ao referido projeto de aumento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana. Consideram-se inadmissíveis as emendas apresentadas, uma vez que o parecer ao projeto é pela rejeição.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na CCJ, a gente avalia, em realidade, tão somente a admissibilidade, mas a assessoria me lembra aqui de uma coisa: o parecer da CEOF, em caso de tributo, é terminativo? Essa é uma indagação que eu faço à assessoria de plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É.

DEPUTADO CHICO LEITE – O parecer do Deputado Wasny de Roure foi pela rejeição. Se for terminativo, não precisaria passar pela CCJ. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Mas aí V.Exa. teria que dar o parecer pela inadmissibilidade.

DEPUTADO CHICO LEITE – Não. Eu tenho sinceras dúvidas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. V.Exa. tem razão. O Marcelinho...

DEPUTADO CHICO LEITE – Certo. Como é terminativo, não precisa mais passar pela CCJ.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 653, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, uma discussão rápida.

Na verdade, é preciso a gente resgatar essa batalha contra o aumento do IPTU. É bom que a gente se lembre de que a primeira proposta encaminhada pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

governo reajustava o IPTU aqui no Plano Piloto, no Lago Sul e no Lago Norte em 107%; no Guará, em 94%; na Ceilândia, em 74%. Mas nós descobrimos, graças à nossa assessoria, especialmente ao Willemann, que havia, Deputado Agaciel Maia, uma área lá em Planaltina, um pequeno condomínio, em que o reajuste era de 639%.

Foi a resistência desta Casa que fez com que o governo retirasse aquilo, naquele momento, e voltasse com o reajuste de 20%. Hoje nós estamos votando a rejeição do reajuste proposto pelo governo, mas é bom que se diga, Deputado Bispo Renato Andrade, que o governo não vai ficar na mão, porque ele pode reajustar de acordo com a lei que está vigente. Vai reajustar pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Portanto, esta é uma grande vitória desta Casa e, acima de tudo, da determinação nossa, de todos os Parlamentares, de não aceitar esse aumento que nós entendemos absurdo. Contudo, o governo pode e deve – é urgente – fazer a atualização do preço das residências no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que a votação seja pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

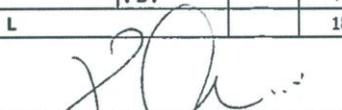


VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

- PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
- COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
- CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____
- PROJETO DE LEI Nº(S): 653/2015
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____
- REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____
- VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO
- AUTORIA: DEPUTADO(A) _____ Poder Executivo
- RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	REDE		X				X
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	REDE		X				
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				X
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	S/ PART		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				X
	WELLINGTON LUIZ	PMDB		X				
	CELINA LEÃO	PDT		X				
T O T A L					18	06		


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos contrários. Houve 6 ausências.

A matéria segue a tramitação regimental.

Está rejeitado.

Eu só peço para os Deputados serem breves na declaração de voto.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – É rápido, Sra. Presidenta. Quando discutimos esse assunto com o senhor Governador, nós nos reportamos à experiência na época do Governo do Professor Cristovam Buarque, quando o processo do recadastramento dos imóveis voluntariamente pela população produziu um incremento em torno de 50% no desempenho da arrecadação. Portanto, o aumento não é apenas aumentando a base de incidência, mas verificando as ampliações que, ao longo dos anos, têm ocorrido em Brasília. É um trabalho muito mais operacional que habilita o governo automaticamente a ter um desempenho melhor no IPTU sem ter que simplesmente aumentar a base de valoração do imóvel.

São essas as considerações sobre a matéria, por isso votei contrário ao simples aumento que o governo propôs.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, só para fundamentar o motivo pelo qual nós o rejeitamos.

O governo precisa criar, encontrar, construir formas alternativas de enfrentar a crise – a Câmara Legislativa tem dado a sua contribuição – sem jogar na população a culpa por ela, sem aumentar tributo. Isso é fundamental! Então, tenho sugerido, desde o início do ano, a possibilidade – e esse projeto de lei está na procuradoria pelo que soube – de regularização das áreas adjacentes, que foi até aprovada por esta Casa e que vai cobrar tributo com direito de natureza possessória. Não sei se V.Exa. lembra que fizemos esse debate, eu propus aqui no ano passado, mas o tribunal o considerou inconstitucional porque a iniciativa tem que ser do Poder Executivo. Então, agora, o governo pode enviar para esta Casa. Ao regularizar, vai arrecadar. E são áreas adjacentes, portanto, de acordo com a lei. De maneira que uma alternativa como essa nos livraria de jogar todo esse peso na população. De maneira que a Casa dá um grande passo sinalizando para o governo: “Não vamos aumentar o IPTU.”

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, quero ressaltar que meu voto seria contrário, independentemente de acordo ou não, porque não aceito que o cidadão pague a conta da má gestão e da incompetência. O cidadão não pode pagar a conta! Ele já paga uma conta diariamente com serviços públicos de má qualidade, com a saúde que estamos vendo aí à bancarrota. Então, o meu voto, independentemente de acordo ou não, seria contra, porque o cidadão não pode pagar a conta da má gestão e da incompetência. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 2:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "solicita homologação do convênio ICMS 78, de 06 de dezembro de 2013. (Processo nº 17/15)"

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer: esse é o convênio do ICMS relacionado à TV por assinatura? (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estou pegando a tramitação aqui, Deputado.

A proposição foi aprovada na CEOF na forma do PDL nº 78, de 2015. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2015, trata da homologação do convênio 78, de 2013, sobre a base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de TV por assinatura.

Este PDL atende os princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não havendo óbice à sua aprovação.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2015.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 abstenção.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "solicita homologação do convênio ICMS 78, de 06 de dezembro de 2013. (Processo nº 17/15)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 649, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, a Lei nº 1.254, de 08 de novembro de 1996, e a Lei nº 3.830, de 14 de março de 2006, e dá outras providências".

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para título de informação, eu gostaria de saber se o PDL que trata da isenção do ICMS para aquisição de carros por pessoas com deficiência está como item extrapauta? Salvo engano, não está como item extrapauta, e foi uma solicitação do próprio Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, a informação que chegou para nós é que havíamos votado esse convênio. Portanto, peço a V.Exa. que cheque essa informação, porque foi a que recebemos. Se não tivéssemos votado, votaríamos esse convênio, mas parece que nós já votamos.

Votação concluída, aprovado na CCJ com emendas. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas aprovadas na CCJ.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 649, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, a Lei nº 1.254, de 08 de novembro de 1996, e a Lei nº 3.830, de 14 de março de 2006. Analisando as emendas apresentadas, quero dizer a V.Exa. que, em face do aperfeiçoamento procedido pela CCJ, na maioria das emendas de redação apresentadas pelo Deputado Chico Leite, inclusive uma das emendas sobre a fixação ser mantida em 17% os medicamentos – que apesar da modalidade modal esses 17% já estão previstos, mas de qualquer maneira vem reforçar a emenda do Deputado –, eu acato as seis emendas apresentadas pelo Deputado Chico Leite, que aperfeiçoou o processo e, ao mesmo tempo, rejeito a Emenda Supressiva nº 4 que tinha sido acolhida na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Estando o processo e as emendas devidamente de acordo com a legislação, sou de parecer favorável à sua admissibilidade.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 voto contrário.

Em discussão o Projeto de Lei nº 649, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 1 abstenção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que incluísse ainda na sessão desta tarde o item nº 130, um requerimento que trata de uma audiência na cidade de Brazlândia e nós necessitamos da aprovação dela para discutirmos o plano urbanístico da expansão da Vila São José.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito a inclusão do projeto de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós tínhamos solicitado à Secretaria de Fazenda que encaminhasse a lista dos produtos que vão entrar com esses 18% para que pudéssemos votar.

Ele está sendo votado em primeiro turno, portanto, eu sugiro ao Secretário: eu quero a lista antes da votação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Solicito à Assessoria do Governo do Distrito Federal que encaminhe essa lista antes da votação em segundo turno.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 471, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Fixa os Valores Básicos de Referência - A e B (VBR-A e VBR-B) a que se refere o art.4º, §§ 1º e 4º, da Lei federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, para efeito de lançamento da Taxa de Limpeza Pública - TLP do exercício de 2016, altera a Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências, e a Lei nº3.830, de 14 de março de 2006, que dispõe quanto ao imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI, e dá outras providências".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero orientar o Bloco Amor por Brasília a votar 'não', referente a esse projeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que o processo fosse feito de maneira nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu acato a solicitação de V.Exa., na votação final do projeto.

A proposição não recebeu pareceres das comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Apresentados destaques aos artigos 2º e 3º para constituição de projeto em separado, conforme disposto no artigo 174 do Regimento Interno.

Em discussão o destaque apresentado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o destaque permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O destaque está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Só para esclarecer os Deputados. Esse projeto estava no bojo de um outro projeto do governo, do IPVA – Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – e do ITBI – Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos. Então, nós destacamos o IPVA e o ITBI, que foram de um projeto de matérias vencidas, só ficando a TLP – Taxa de Limpeza Pública, que será rejeitada, conforme acordo no Colégio de Líderes.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Só para esclarecimento, Sra. Presidente. Exatamente por isso, as emendas de correção material naquele projeto anterior, porque eles foram destacados, houve novas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

proposições, uma delas essa – outras inclusive já votadas, como o caso do ICMS sobre cigarros e bebidas.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão do item nº 119 extrapauta, para o segundo turno, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 471, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Fixa os Valores Básicos de Referência - A e B (VBR-A e VBR-B) a que se refere o art.4º, §§ 1º e 4º, da Lei federal nº 6.945, de 14 de setembro de 1981, para efeito de lançamento da Taxa de Limpeza Pública - TLP do exercício de 2016, altera a Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o imposto sobre a propriedade de veículos automotores e dá outras providências, e a Lei nº3.830, de 14 de março de 2006, que dispõe quanto ao imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI.

Trata-se de destaque apresentado pelo nobre Deputado Rodrigo Delmasso, mas, em face do acordo de Lideranças pela rejeição da TLP, eu sou pela rejeição do destaque, em face do acordo de Líderes feito hoje às 14 horas. Portanto, meu parecer é pela rejeição do destaque em face de nós, todos os Líderes lá presentes no momento, termos acordado de que iríamos rejeitar o aumento na TLP.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer ao destaque apresentado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está rejeitado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, do meu ponto de vista, está rejeitado o projeto e aceito o parecer.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Só para corrigir, Sra. Presidente, quanto ao destaque, tem que se aprovar o meu parecer pela rejeição do destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então o projeto... Está aprovado o parecer rejeitando o destaque, fazendo uma retificação. Está aprovado o parecer que foi pela rejeição do destaque.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, a Assessoria de Plenário solicitou que eu faça uma retificação, tendo em vista que foram apresentadas duas documentações. O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela rejeição do projeto, pela inadmissibilidade, impossibilitando, assim, a votação das demais comissões.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Diante da inadmissibilidade manifestada no parecer da CEOF, passaremos à votação do projeto.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 471, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S): 471/2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	REDE		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	REDE		X				
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	S/ PART		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB		X				
	CELINA LEÃO	PDT		X				
T O T A L				20	4			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está rejeitado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 650, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, e dá outras providências”.

Foi apresentada uma Emenda Substitutiva de Plenário nº 6, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a qual a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deve emitir parecer.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 650, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, e dá outras providências”.

No âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 650, de 2015, na forma do substitutivo apresentado em plenário pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e pela inadmissibilidade das demais emendas substitutivas apresentadas ao projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a título de esclarecimento, pergunto ao Deputado Agaciel Maia se o substitutivo aprovado na CEOF enquadra 3 a 7%?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, o relator da CCJ para este projeto é o Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Apenas para esclarecer, digo que o governo apresentou um projeto, e nós apresentamos um substitutivo na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Depois, o projeto foi à Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou um novo substitutivo. Voltando à CEOF, foi apresentado um novo substitutivo acordado com o governo. Então, havia uma tabela de frequência sobre o imposto que se cobra sobre doações ou quando ocorre herança por *causa mortis*. Então, ficou o seguinte: até 1 milhão, fica 4%; de 1 milhão a 2 milhões, 5%; acima de 2 milhões, 6%. Foi eliminada a faixa de 8% – que o governo propôs – e a de 7% – que tinha sido proposta pela CCJ.

Portanto, nosso parecer é favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que fixa apenas três índices: 4%, de 0 a 1 milhão; 5%, de 1 milhão a 2 milhões; e 6%, acima de 2 milhões.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda nº 6, que é o substitutivo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Peço três minutos. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não houve nem redução?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Houve uma progressão que atinge quase 70% da população, que vai pagar menos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois é. Havia no original. Nesse, parece-me que não há. Eu não vi. Eu não vi fator de redução nesse daí.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, no substitutivo aprovado na CEOF, 80% a 85%, Deputado Chico Leite, ficaram numa alíquota que já existe, que é de 4%, salvo engano. Já existe, ou seja, não haverá aumento. Só acima de 1 milhão que haverá o aumento.

DEPUTADO JULIO CESAR – De 1 milhão a 2 milhões, 5%; e acima de 2 milhões, 6%.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não. Era justamente o contrário, Deputado Rodrigo Delmasso. Havia uma diminuição para 70%, que baixaria para 3 e não 4, porque hoje eles pagam 4. Eles pagariam 3. Haveria uma progressão para as grandes fortunas, que pagariam no máximo 7. Era esse o acordo pré-estabelecido.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, eu, sinceramente, preferia, com muita franqueza, aquele que discutimos no âmbito da CCJ com o Deputado Robério Negreiros, com a Deputada Sandra Faraj e com o Deputado Raimundo Ribeiro, porque tinha fator de redução.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, o substitutivo que a CEOF apresentou não propõe isso. É o seguinte: não há aumento para quem tem até 1 milhão e aumenta a partir de 1 milhão. Há uma alíquota para 1 a 2 milhões e outra para acima de 2 milhões. Só a título de esclarecimento, para quem tem que fazer transferência *causa mortis* ou doações até 1 milhão de reais, não vai haver aumento de alíquota, ou seja, fica em 4%.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O que foi levado ao Colégio de Líderes é que, se o projeto fosse aprovado dessa forma, causaria inclusive um prejuízo ao Estado. Aí, ficou determinado que, nesse modelo que eles trariam, isentaria 70% hoje das pessoas que fazem essa transmissão de impostos e só seria progressiva para quem paga mais.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Foi por isso que eu pedi a palavra para esclarecimento, porque o substitutivo estava diferente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a emenda que nós apresentamos na CCJ parece-me que contempla todas as situações. Por quê? Porque, ao mesmo tempo em que se beneficia a classe mais necessitada, termina se buscando de quem pode mais pagar mais. Do jeito que foi colocado agora, é apenas uma busca de dinheiro. Quer dizer, não se está fazendo justiça fiscal. Eu acho que é hora de darmos esse sinal para a população. São poucos os imóveis que custam 50 mil reais, mas o simples fato de diminuirmos a alíquota já vai sinalizar que nós estamos fazendo uma coisa balanceada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na discussão desse projeto, inicialmente o governo previa uma arrecadação de 33 milhões a mais com as taxas. Inclusive, era 8%. O que acontece? Nós apresentamos um substitutivo na CEOF e depois foi apresentado um substitutivo na CCJ, mesmo a comissão de mérito sendo a CEOF. No entanto, na simulação do governo, ia cair a receita em vez de aumentar, como inicialmente previsto e, caindo a receita, seria uma renúncia fiscal, o que complicaria o processo.

Então, o que aconteceu? Nós fizemos esse ajuste de maneira que o governo, por essas novas tabelas, arrecade entre 8 e 10 milhões/ano, ao invés de arrecadar 33. Foi esse o ajuste feito.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, houve um novo substitutivo da CEOF. Em que pese a nobreza da tentativa de melhora, eu creio que isso foi hoje exhaustivamente debatido na CCJ e, de comum acordo com o governo, nós fizemos uma proposta que foi um substitutivo assinado por todos da CCJ, que, a meu ver, ficaria melhor para a sociedade. O que a CEOF está propondo é a supressão do item 1, que seria até 50 mil, que seria 49.999,99, baixaria o imposto atual de 4% para 3%. Só que, em contrapartida, o item 2, 4%, e aí se mantém o imposto atual de 50 mil até 500 mil. O item 3 seria uma incidência de 1%. Aí seria 5% de 500 mil até 1 milhão. O item 4 seria a incidência de 2%. Então, passaria de 4% para 6% sobre a parcela de base de cálculo que exceder de 1 milhão até 2 milhões. E o 5 seria 7%.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Robério Negreiros, o que eu vou sugerir? Como ainda não temos acordo, eu vou pular esse item para vocês conversarem aqui, discutirem. Enquanto isso, passamos ao próximo item.

Item 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 531, de 2015, que "altera a Lei nº 4.159 de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão e créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica", instituindo o sistema de sorteio eletrônico de prêmio em dinheiro aos beneficiários do Programa Nota Legal", de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 652, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e serviços, nos termos que especifica".

Tramitação concluída. Aprovada na CEOF com subemenda ao substitutivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

A CEOF deverá se manifestar sobre a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, ainda com relação ao item anterior, sobre esse problema do ITCD, a comissão de mérito é a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Cabe à apresentação do substitutivo ou das emendas feitas na CCJ ou em plenário a análise final dessa comissão, porque ela é a comissão de mérito. Pode ser construída. Agora, o governo também não pode fazer um acordo na CEOF, depois fazer outro acordo na CCJ e depois outro acordo aqui no plenário. Assim, fica complicado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estou me referindo a esse projeto. Ele veio com um substitutivo da CEOF. Nós nos reunimos na CCJ; o Deputado Robério Negreiros, o Deputado Raimundo Ribeiro, a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Bispo Renato Andrade e eu fizemos um esforço – o Deputado Robério Negreiros e a Deputada Sandra Faraj, especialmente, fizeram uma redistribuição das alíquotas – tentando exatamente fazer essa justiça fiscal, quer dizer, possibilitar que imóveis abaixo de um determinado valor, que eram uma grande quantidade, tivessem a redução exatamente para que se pudesse aumentar naquele que era de maior valor, que é a taxa sobre as pessoas que têm mais posse e podem contribuir mais.

Agora, a minha impressão é de que esse novo entendimento da CEOF – permita-me o nobre Deputado Agaciel Maia, que tem muito acúmulo na matéria e certamente é um dos especialistas sobre essa matéria... Aquele da CCJ me parecia – não porque é da CCJ, mas por entendimento – seria levado ao Colégio de Líderes e seria o que mais traria justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Leite, é interessante a questão de ordem de V.Exa. E é por isso que nós já retiramos o item de votação, para que os Deputados conversem sobre o projeto. Nós já estamos votamos outro projeto.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu não tinha entendido. Desculpe-me. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à subemenda da CCJ apresentada ao Projeto de Lei nº 531, de 2015, que "altera a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que 'dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica', instituindo o sistema de sorteio eletrônico de prêmio em dinheiro aos beneficiários do Programa Nota Legal", de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 652, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que 'dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica'".

Sra. Presidente, eu acolho o substitutivo apresentado pela CCJ, através da Subemenda nº 1 da CCJ, que aperfeiçoa o processo e o projeto. Portanto, meu parecer é favorável. Acolho essa emenda substitutiva.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

O matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 623, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "reajusta os valores mensais para cobrança, no exercício de 2016, da Contribuição de Iluminação Pública – CIP e dá outras providências".

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 623, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "reajusta os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

valores mensais para cobrança, no exercício de 2016, da Contribuição de Iluminação Pública – CIP e dá outras providências".

Sra. Presidente, nos termos do acordo feito pelos Líderes, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, também por todos os seus membros, vota pela rejeição.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Tem que ser pela inadmissibilidade, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu vou votar, nos termos do acordo, pela inadmissibilidade, mesmo sendo difícil o fundamento jurídico para considerar inadmissível. Tendo em vista a técnica legislativa que permite que não vá a outras comissões, sou de parecer favorável pela inadmissibilidade.

DEPUTADO CHICO LEITE – É verdade, o Deputado Agaciel Maia tem razão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, até para que fique registrado nos Anais e não vá criar problemas lá na frente, é preciso ficar claro que o projeto era admissível.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, ainda bem que há V.Exa. e o Deputado Chico Leite para me orientarem. Então, para que não haja questões futuras, o parecer da CEOF, Sra. Presidente, é pela admissibilidade e pela rejeição. Retifico: somos pela admissibilidade e pela rejeição do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está retificado o parecer da CEOF.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Isso é para que, lá na frente, sei lá daqui a quantos anos, alguém não venha questionar e ganhar.

Eu quero dizer, Sra. Presidente, que essa é mais uma vitória. É uma vitória porque o que o governo queria, na verdade, era aumentar a taxa de iluminação pública. Uns chamam de taxa, outros chamam de contribuição, mas, na verdade, é imposto. Contribuição é quando eu vou lá e contribuo. E, se eu não contribuir, não tem problema. Aí é imposto. É uma maneira suave que acharam de meter a mão no bolso da gente. A verdade é que conheço muita gente que paga Taxa de Iluminação Pública, Imposto de Iluminação Pública e não tem iluminação pública. São milhares de residências que pagam e não têm iluminação pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Nós sustentamos desde o primeiro momento, Deputado Wellington Luiz, eu e V.Exa., que não votaríamos, em hipótese nenhuma, o aumento da taxa CIP, que é a Contribuição de Iluminação Pública, de 32,5%. Dissemos que não iríamos votar esse imposto porque, neste ano, a CEB já levou a bagatela de 53% de aumento na conta.

Lá em casa, minha mulher comprou lâmpada de LED e eu falei: “Mais um gasto, porque a gente vai jogar a incandescente fora e não vai diminuir nada. Não vamos fugir do aumento que foi concedido.”

É preciso que a CEB aprenda, também, a fazer economia. Na verdade, estamos aqui parecendo cordeiros, não é? Vão nos levando. Eu sustentei, desde o primeiro momento, que não votaríamos essa taxa. Até a imprensa tinha dúvida se iríamos vencer, e nós vencemos. Com persistência, teimosia e, acima de tudo, clareza no objetivo, não permitimos esse aumento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Como foi dado o parecer pela admissibilidade e pela rejeição na CEOF, retornamos à CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Temos uma sessão solene de minha autoria e está todo mundo esperando lá fora.

Deputado Raimundo Ribeiro, como o Deputado Agaciel Maia admitiu e rejeitou, a matéria terá que passar pela CCJ.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 623, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta os valores mensais para cobrança, no exercício de 2016, da Contribuição de Iluminação Pública – CIP e dá outras providências”.

Sra. Presidente, analisando sob o aspecto puramente legal, entendo que inexistem quaisquer óbices, sem prejuízo de no plenário se analisar a questão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

mérito. E aí eu, não mais como CCJ, mas já como Parlamentar, antecipo que entendo que o projeto não atende aos interesses do Distrito Federal.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 623, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	56



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): 623/2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): _____

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) _____ Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	REDE		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	REDE		X				
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	S/ PART		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB		X				
	CELINA LEÃO	PDT		X				
T O T A L					21	3		

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos contrários. Houve 3 ausências.

Está rejeitado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 650, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.804, de 08 de fevereiro de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD e dá outras providências".

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 650, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.804, de 08 de fevereiro de 2006, que dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, e dá outras providências".

Considerando o acordo que foi feito em plenário, no âmbito desta comissão, sou pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 650, de 2015, na forma do Substitutivo nº 6, apresentado em plenário, e pela inadmissibilidade das demais emendas e substitutivos apresentados ao projeto.

Só quero reforçar que o substitutivo apresentado em plenário é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É parecer, Sra. Presidente.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que fosse feita a leitura do substitutivo aprovado. Qual foi o substitutivo aprovado?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito a leitura da Emenda nº 6.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Emenda nº 6:

“Substitutivo ao Projeto de Lei nº 650, de 2015. O Projeto de Lei nº 650, de 2015, que ‘altera a Lei nº 3.804, de 08 de fevereiro de 2006, que *dispõe quanto ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD*, e dá outras providências’.

Dê ao projeto de Lei nº 650, de 2015, a seguinte redação:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Art. 1º A Lei nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006, fica alterada, com a seguinte redação:

I – o art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O imposto observará as seguintes alíquotas:

I – 4% sobre a parcela de base de cálculo que não exceder a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II – 5% sobre a parcela de base de cálculo que exceder a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

III – 6% sobre a parcela de base de cálculo que exceder a \$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).”

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, para discutir.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero agradecer aos membros da CCJ e lhes pedir desculpas porque, apesar dos vários entendimentos, no final houve essa discrepância entre o substitutivo da CCJ e o da CEOF. Agradeço a todos os membros da CCJ a compreensão da matéria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 abstenção.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 2 votos contrários e 3 abstenções.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item Extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “homologa o Convênio ICMS nº 78, de 2014” em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “homologa o Convênio ICMS nº 38, de 2012”.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, existe o projeto de decreto legislativo de minha autoria e o projeto de decreto legislativo do Deputado Rafael Prudente, que acrescentam os autistas, conforme Lei Federal – porque antes eles ficavam num limbo jurídico da questão da deficiência –, a esse projeto de decreto legislativo. Considerando o aperfeiçoamento, existe um pedido para tramitação em conjunto. Então, teria que ter o projeto de decreto legislativo da minha autoria, mas foi lido só o de autoria do Deputado Rafael Prudente. Seria em conjunto, e nós faríamos um substitutivo assinado pelos dois.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Eu gostaria de retificar a leitura.

Retifico a leitura: o PDL é de autoria dos dois Deputados. Ratifico que os dois estão tramitando conjuntamente. Ratificando: os projetos são do Deputado Robério Negreiros e do Deputado Rafael Prudente e foram apensados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “homologa o Convênio ICMS nº 78, de 2014” em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “homologa o Convênio ICMS nº 38, de 2012.”

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nos termos regimentais, é favorável à aprovação dos dois projetos nos termos do substitutivo apresentado.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Solicito à Deputada Sandra Faraj que designe relator da Comissão de Constituição e Justiça para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “homologa o Convênio ICMS nº 78, de 2014” em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “homologa o Convênio ICMS nº 38, de 2012.”

Somos pela admissibilidade, na forma do Substitutivo de Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nº 28, de 2015 e nº 42, de 2015.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade, para que fique claro e conste dos anais, esses são projetos de homologação do Confaz. O Confaz, o Conselho Nacional de Política Fazendária, faz, e aqui a gente propõe a homologação. Portanto, não é de autoria de ninguém, é do Confaz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	62



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA

Data: 06/10/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM 06/10/2015

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 COMISSÕES: CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC
 CDESCTMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): _____

PROJETO DE LEI Nº(S): _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S): _____

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S): _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S): 28/2015 T/C 42/2015

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: _____ FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) ROBÉRIO NEG. E RAFAEL PRUDENTE Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A) _____

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	REDE			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	REDE	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	S/ PART	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			20		4			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiramente, agradeço ao Deputado Rafael Prudente, ao Deputado Robério Negreiros e a esta Casa por terem homologado esse convênio que beneficia as pessoas com deficiência. Existem, hoje, parados na Secretaria de Fazenda mais de setecentos pedidos para que pessoas com deficiência possam ter esse tipo de isenção nas compras dos seus carros. Parabenizo esta Casa por dar mais um gesto em favor das pessoas com deficiência.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Gente, eu gostaria de fazer um pedido aqui em nome da Deputada Celina Leão. S.Exa. tem uma sessão solene daqui a pouco e pede aos Deputados para irmos para a votação, de imediato, em segundo turno, a fim de que possamos concluir os trabalhos, sem a solicitação de uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 119:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 184, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Dia da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 1 abstenção.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final do Projeto de Lei nº 184, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 184, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, o Dia da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “homologa o Convênio ICMS nº 78, de 2014”, em tramitação conjunta com o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “homologa o Convênio ICMS nº 38, de 2012.”

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e moções em bloco pelo processo nominal.

Havendo acordo, passamos à votação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 233, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “manifesta votos de louvor e parabeniza as autoridades eclesiais e demais fiéis da Igreja Católica que inspiram e fortalecem a vivência cristã voltada para a transformação da pessoa e sociedade”.

Item nº 124:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 234, de 2015, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que diz “a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar atenta às manifestações de representantes de movimentos populares, sindicais e de usuários do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, propõe à Comissão Geral instalada na Câmara Legislativa, em 24 de setembro de 2015, esta Moção de Apoio”.

Item nº 125:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 235, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza ao Senhor José Roberto Rodrigues Peres, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item nº 126:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 236, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza ao Senhor Waldemar Hiroshi Umeda, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Item nº 127:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.008, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “requer a realização de Audiência Pública no dia 24 de novembro de 2015, às 19 horas, para debater sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA”.

Item nº 128:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.015, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de Audiência Pública, no plenário desta Casa, a realizar-se no dia 9 de outubro de 2015, às 19h, para debater a regulamentação da profissão de Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

Item nº 129:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.016, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “requer a realização de Audiência Pública para discutir o orçamento para os autistas no Distrito Federal”.

Item nº 130:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 991, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer à Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, a realização de Audiência Pública, para discutir o Plano Urbanístico da Expansão da Vila São José em Brazlândia – DF”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – O Item nº 128, que eu tenho em mãos, é o Requerimento nº 1.015, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que trata de audiência pública para discutir o orçamento para os autistas; o Item nº 129, o Requerimento nº 1.016, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, requer a realização de audiência pública para discutir o mesmo assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Foi retificado. Houve um erro de digitação. O meu ficou para regulamentação da profissão de técnico em reabilitação de dependentes químicos. Esse é o meu, mas já está mudado no sistema, Deputado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Desculpe, Deputada. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	67



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

MOÇÃO Nº(S): 233/2015; 234/2015; 235/2015; 236/2015

REQUERIMENTO Nº(S): 1.008/2015; 1.015/2015; 1.016/2015; 991/2015

AUTORIA: DEPUTADO(A) VÁRIOS DEPUTADOS

Poder Executivo

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	REDE			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	REDE	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	S/ PART	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			20		4			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2015	16h35min	87ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Estão aprovados.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ratificando a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, foram 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só uma retificação: se foram 21 votos favoráveis, não pode ter havido 4 ausências.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, foram 20 votos favoráveis.

Ratificando (*sic*): moções e requerimentos, 20 votos favoráveis e 4 ausências. E o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2015, teve 20 votos favoráveis; houve 4 ausências.

Convoco as senhoras e os senhores Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação dos seguintes projetos:

- item nº 1, Projeto de Lei nº 649, de 2015;
- item nº 2, Projeto de Lei nº 650, de 2015;
- item nº 3, Projeto de Lei nº 531, de 2015.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h41min.)